

JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
ESPECIAL AÇÃO E LUTA | setembro 2018

O caminho: a luta!

9A
4M
2D

Em outubro, publicação integral dos dados do "Inquérito Nacional
Sobre as Condições de Vida e Trabalho na Educação (Burnout)"



8

Relatório da OCDE parte de dados falsos e põe a circular mentiras



20

Reportagem Encontro Internacional sobre o desgaste na profissão docente
JPO

04. AÇÃO SINDICAL

Tomadas de Posição reafirmam vontade, disponibilidade e mobilização para a Luta

07. AÇÃO SINDICAL

Greve de 1 a 4 de outubro: Pré-Aviso entregue no M.E.

11. AÇÃO SINDICAL

Plenário Nacional de Quadros Sindicais aponta caminho de unidade e de luta

14. IMPRESSÕES

14 mil razões para rever o regime legal de concursos.

VÍTOR GODINHO

16. ENTREVISTA

Ana Simões ao JF: "Difícilmente, desta forma, teremos Inclusão!"

18. EM FOCO

A imposição de uma falsa Autonomia e Flexibilidade. Curricular!

BRÍGIDA BAPTISTA

26. SETORES

PREVPAP no Superior: Um ano depois e ainda sem resultados à vista

TIAGO M. DIAS

27. SETORES

Emprego científico: O artigo 23.º do nosso descontentamento...

ANDRÉ CARMO

28. SETORES

A farsa do descongelamento das carreiras no Superior

A. FERNANDES DE MATOS

32. NACIONAL

Notícias dos Açores e da Madeira

33. CULTURAIS

Jazz, fotografia e teatro

↑ sobe

Professores em Luta

Não há memória de, na primeira semana de aulas, se terem realizado tantas reuniões de escola e plenários concelhios, distritais e regionais com tão grande participação dos professores. Foram milhares os que nas suas escolas ou em outros espaços, por vezes, na rua, aprovaram "tomadas de posição" que enviaram ao governo. Esta participação dos professores nesta semana de plenários e reuniões confirma que a luta dos professores vai continuar forte. ●

↓ desce

Governo quer liquidar carreira docente

O governo pretende não só apagar os 9 anos, 4 meses e 2 dias, como também iniciar a aplicação do que chamam "bonificação" (2A 9M 18D), apenas em 2021. A estratégia do governo é uma: libertar o ano 2020 para, nesse que será o primeiro ano de uma nova legislatura, liquidar a carreira docente concretizando o velho desejo de vários governos de empurrar os professores para o regime geral da administração pública (tabela remuneratória única). Esta é uma estratégia que revela, na prática, o discurso hipócrita de governantes que se dizem empenhados na valorização dos professores. ●



MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

editorial

Ser dos melhores do mundo também na luta

Conta-se uma história, de uma sociedade muito organizada, em que determinado indivíduo precisava de um par de botas. Dirigiu-se à repartição que lhe fora indicada e, sendo do sexo masculino, foi remetido para determinada secção. Nessa, constatando-se que pretendia de cor castanha, mandaram-no para a subsecção adequada. Aí, tendo sido apurado que preferia botas de camurça, disseram-lhe que só tinha de se deslocar à sala mais abaixo. E por aí adiante, até que, chegado ao fim da linha, foi informado que estava no balcão certo. Questionado, mais tarde, por um amigo sobre o que se passara, respondeu: a organização era estupenda, ali ninguém se perde, pois é informado com precisão, agora, botas é que não tinham.

É um pouco o que acontece no nosso país em relação aos professores. Dos governantes, ouvem-se dos mais rasgados elogios: são dos melhores do mundo; trabalham muito bem e merecem ser valorizados; têm horários de trabalho sobrecarregados e são obrigados a desempenhar tarefas burocráticas que, realmente, não lhes deveriam ser atribuídas; temos um corpo docente envelhecido, pelo que é preciso fazer alguma coisa... o problema é quando chega o momento de fazer essa coisa...

O que tem acontecido é que, aos melhores professores do mundo, não se quer contar anos de serviço em que, naturalmente, terá sido desenvolvida da melhor atividade docente do mundo (e os resultados dos alunos confirmam isso mesmo); no sobrecarregado horário dos melhores do mundo não se mexe, pois isso obrigaria a abrir mais vagas nos quadros e a contratar mais alguns, coisa que as finanças não autorizam; apesar de ser necessário rejuvenescer o corpo docente das escolas, o melhor será preservar esta "colheita vintage", vá lá saber-se por que razão...

“

No sobrecarregado horário dos melhores do mundo não se mexe, pois isso obrigaria a abrir mais vagas nos quadros e a contratar mais alguns, coisa que as finanças não autorizam.



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jorge Simão (SPZS), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Jackeline Vieira (SPM), Abel Macedo (SPN) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 51.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Foto da capa: Manifestação Lisboa, 4 de outubro de 2017

Semana de Plenários (17 a 21 de Setembro)

Tomadas de Posição reafirmam vontade, disponibilidade e mobilização para a Luta

Porque continuam os professores a lutar?

São vários os motivos que obrigam os professores a continuar a luta que iniciaram antes, tendo forte expressão no final do ano letivo 2017/18, com a realização de greve às avaliações durante um mês. Estes plenários são o primeiro momento da convergência das organizações sindicais na ação e na luta, no novo ano letivo.

Em 13 de julho, não se justificando continuar a greve, por já não haver qualquer negociação, pela grande necessidade de os professores fazerem uma pausa para férias, porque já surgiam sinais de grande desgaste nos professores, devido a uma luta já muito prolongada, mas, principalmente, por não ser essa a vontade da esmagadora maioria dos professores (auscultação com mais de 50.000 participações confirmou isso mesmo), as organizações sindicais decidiram, como tinham anunciado desde o início, terminar em 13 de julho. Nesse dia, em plenários de rua, foi assumida a sua transferência para o ano letivo seguinte (aquele em que nos encontramos), caso o governo não mudasse de posição. Não mudou e a luta vai prosseguir. Isso ficou claramente reafirmado pela forma como as Tomadas de posição foram aprovadas (quase sempre por unanimidade, em alguns casos por maioria clara).

Quais os principais motivos do prosseguimento da ação?

A recomposição da carreira não é o único motivo da luta, mas, neste momento, é o

mais imediato, pois é o que mais depende do Orçamento do Estado para 2019, que já começou a ser negociado.

É preciso não esquecer que este será o último Orçamento do Estado a aprovar nesta Legislatura, logo, a aprovar pelo atual governo e pela Assembleia da República. Não seria sério que o governo que assumiu o compromisso de recompor a carreira não concretizasse, na prática, qualquer recuperação, ainda que isso significasse o primeiro momento de um faseamento com uma duração previsível de 5 anos, portanto, a não exigir um esforço superior a 20% da recuperação total – essa foi, aliás, a proposta apresentada pelos sindicatos ao Governo, que este disse sempre não existir, mas que foi a única colocada em cima da mesa para efetivamente ser negociada.

Também não se compreenderia que a maioria parlamentar que negociou o artigo 19.º do OE e aprovou a Resolução n.º 1/2018 (que recomenda ao governo a contagem de todo o tempo congelado) não forçasse pelos meios ao seu alcance a efetivação do previsto.

Se admitirmos que este governo, até final da Legislatura, não recupere nenhum tempo, deixando tudo para o próximo, abrimos a porta para que esse, logo no início

do seu mandato (no chamado "estado de graça"), avance com a tão desejada (embora escondida) revisão da carreira docente (como os atuais governantes têm vindo a afirmar, alegadamente por a atual carreira, dizem, ser insustentável), liquidando-a e, dessa forma, desvalorizando, ainda mais, o exercício profissional dos docentes.

Então, o que levou a esta situação?

O que se passou é já conhecido. No início de junho, o governo (ME e Finanças) entrou pelo campo da chantagem, dizendo que se recusássemos a eliminação de 6,5 anos de tempo de serviço, todo ele seria apagado (9 anos, 4 meses e 2 dias). Rejeitámos e repudiámos a chantagem do governo. Em 11 de julho, no decurso da greve às avaliações, surgiram com outra postura, admitindo a não imposição da sua proposta e, pela primeira vez, considerando a contagem integral do tempo de serviço como uma possibilidade que estava em cima da mesa.

Entretanto, como tinha sido compromisso do governo, realizou-se uma reunião do grupo técnico de avaliação dos impactos orçamentais dessa recuperação. Do governo apenas

“

Até final do mandato, o atual governo pretende não concretizar qualquer medida destinada à recuperação. Como já se percebeu, é sua intenção – como têm manifestado diversos governantes – rever a carreira dos professores que, segundo eles, é insustentável, o que já vai sendo iniciado com o apagão de tempo de serviço prestado

se conhecem os impactos na despesa com o descongelamento – processo que, no entanto, não era chamado a esta discussão pois ele faz-se para toda a administração pública.

Em 7 de setembro, houve nova reunião, sem que o ME apresentasse os estudos, os números e os dados suscitados para a negociação sobre os referidos impactos. Esta reunião terminou por o ministro considerar não valer a pena continuar, pois, em sua opinião, aos sindicatos competiria desistir da exigência de que se cumprisse a lei (OE 2018 – art.º 19.º) para a contagem de todo o tempo. Minutos depois de a reunião terminar, Tiago Brandão Rodrigues informava a comunicação social que, afinal, o governo já tinha decidido o que fazer.

A reunião que se realizou foi, por isso, uma inutilidade ou, como dissemos no final, uma comédia de mau gosto. Nela, o ministro nunca prestou a informação que o governo, minutos depois, divulgou através de um comunicado que já estaria preparado, o que é mais um elemento a condenar no comportamento do governo.

O que pretende o Governo, afinal?

A intenção do governo é a de recuperar 2 anos, 9 meses e 18 dias (apagando mais de seis anos e meio) e só repercutindo aquele tempo no escalão para o qual o docente progredir depois de 1 de janeiro de 2019. Como tal, até final da atual Legislatura, se esta proposta do governo vingasse, nenhum professor iniciaria a recuperação do tempo que esteve congelado, apesar de o Ministério das Finanças, por comunicado divulgado em 5 de setembro, escrever que o governo pretende "garantir em apenas 2 anos, a recuperação de 9 anos de carreiras". Não esclarece é que isto só é válido para as carreiras em que o tempo de serviço se converte em pontos, sendo discriminadas as demais, de entre as quais a dos professores que é a que conta com mais trabalhadores.

A concretizar-se, com a publicação de um diploma legal (decreto-lei, como refere o governo), aquela decisão significaria que:

- Nenhum professor dos que progrediram em 2018 teria qualquer recuperação, na melhor hipótese, em meados de 2023;
- Os docentes que progrediram em 2019 teriam o seu primeiro momento de recuperação em 2021, o que até é curioso porque iniciaram a recuperação antes dos seus colegas que tinham progredido mais cedo no momento anterior;
- Nenhum professor dos 9.º e 10.º escalões beneficiaria de qualquer medida relacionada com a recuperação do tempo que esteve congelado;
- Com a aplicação de vagas para progredir aos 5.º e 7.º escalões, para muitos professores dos escalões intermédios a recuperação também estaria posta em causa, por não entrarem nos curtos contingentes anuais que o governo decidiu sem que houvesse negociação.

A questão de fundo, porém, é que, até final do mandato, o atual governo pretende não concretizar qualquer medida destinada à recuperação. Como já se percebeu, é sua intenção – como têm manifestado diversos governantes – rever a carreira dos professores que, segundo eles, é insustentável, o que já vai sendo iniciado com o apagão de tempo de serviço prestado. O governo não o fará agora, por ter eleições em breve, mas querará fazê-lo no início da próxima Legislatura, durante o período de "estado de graça" que (erradamente) os governos vivem quando iniciam funções. Nessa altura procurará rever a carreira, desvalorizando-a e absorvendo os anos perdidos numa estrutura muito negativa ou, então, transferindo os professores para a chamada Tabela Remuneratória Única (TRU), extinguindo-se aí a sua carreira específica.

No plano institucional, o que fazer?

- Exigir uma reunião suplementar, ainda antes da aprovação pelo conselho de ministros de qualquer decreto-lei;
- Colocar a questão a todos os partidos políticos e esperar que os seus grupos parlamentares atuem: pedindo a apreciação



parlamentar do eventual decreto-lei que seja publicado;

- Pressionar para que os partidos exijam do governo a concretização do compromisso que assumiu no OE de 2018: contar o tempo e negociar o prazo e o modo. O governo não respeitou o tempo que tinha de recuperar; não negociou nenhum prazo ou modo de recuperar; não admitiu discutir eventuais impactos na aposentação, como falou o Primeiro-Ministro e a Secretária de Estado Adjunta e da Educação; no OE para 2019 não irá prever qualquer verba para este efeito e isso colocará um problema muito delicado aos partidos que, com o do governo, pretendam votar o OE, pois significaria a aceitação do desrespeito pelo que fora negociado e consensualizado no OE do ano ainda em curso.

Outros aspetos que estão em cima da mesa

Reposicionamento na Carreira

O ME continua a não saber informar em que mês poderão ser pagos os salários de acordo com o despacho de 4 de maio que garantiu o reposicionamento dos professores que entraram nos quadros durante o congelamento.

Assim, há professores com 20 e 30 anos de serviço, que vincularam há 5 anos, mas mantêm o salário de contratado. Sabe-se agora que só na primeira quinzena de outubro o governo reunirá com os diretores das escolas/agrupamentos para prestar os esclarecimentos que houver a dar sobre o processo de reposicionamento.

Através de nota informativa, só após isso as direcções começarão a lançar numa plataforma os dados para se proceder ao processo de reposicionamento. Pelo que já foi possível perceber (FAQ divulgadas) há informações erradas sobre a produção dos efeitos e garantia do direito aos professores que estão nesta situação, desde logo em relação às horas de formação que deverão ter cumprido, entre outros aspetos.



“

Iniciar a recuperação em 2019 e levá-la até 2023, como o governo se comprometeu, ou negociando mais um ano ou outro, corresponderia a criar uma situação que obrigaria a manter a atual estrutura de carreira, pelo menos, até esse momento. O governo quer fugir a esta possibilidade e, desde já, garantir o embaratecimento do trabalho dos docentes.



Horários de Trabalho

Apesar do compromisso assumido em 18 de novembro de 2017, o ME não alterou em nada os horários de trabalho dos professores, que tenderão a agravar-se, para muitos, com novos quadros legais como o da inclusão escolar ou o dos currículos (matriz e flexibilidade). O Secretário de Estado comprometeu-se, em julho, a fazer sair umas "FAQ" para esclarecer o despacho de Organização do Ano Letivo e evitar abusos, mas até hoje não cumpriu. Resultado: não só está tudo na mesma, como os problemas tenderão a agravar-se. Dissera, primeiro, que seria em simultâneo ao despacho, depois informou que sairia alguns dias depois, por último entrou em silêncio;

Envelhecimento da Profissão

Em relação ao envelhecimento da profissão, o ME diz reconhecê-lo, bem como aos problemas que dele decorrem e assumiu o compromisso de tomar medidas. Poderiam ser em relação à aposentação (que respon-

sáveis do ME disseram ter deixado de ser tabu), ou ser outras medidas relacionadas como o tipo de trabalho a atribuir aos que há mais tempo estão na profissão. Não fez nada, não apresentou nada e questionado em 7 de setembro, não abordou, sequer, o problema. Este é seguramente um problema fundamental, para o qual é responsabilidade social do governo apresentar, discutir e negociar soluções.

Transferência de competências – Municipalização

Em cima de tudo isto, não podemos esquecer o processo de transferência de competências (municipalização) pretendido pelo governo, mesmo que este tenha, para já, merecido a recusa de muitos municípios. Atenção que não é apenas a questão da transferência de problemas para o poder local ou a falta de recursos, nomeadamente financeiros, para lhes dar resposta, é também a possibilidade de ingerência dos municípios em áreas que não deverão sair da esfera de

competências das escolas. Há, ainda, outros problemas relacionados com as condições de trabalho dos professores, a sobrecarga de tarefas, as reuniões que são em cada vez maior número, do desemprego e da precariedade, dos níveis de contratação que se mantêm e que confirmam que as escolas têm necessidade de muitos mais professores nos quadros do que os que neles existem. Isso significa que medidas de efetivo e mais profundo combate à precariedade deverão ser tomadas, impondo-se a rápida alteração da política neste âmbito e a alteração profunda do regime de concursos e colocações de professores, tornando-o mais justo e adequado.

Não deixa, no entanto, de ser preocupante as recentes declarações da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, no programa Expresso da Meia Noite (SIC Notícias, 21.09.2018), no qual admitiu recuperar a contratação direta de professores para as escolas, processo já comprovadamente injusto e inadequado. •

O caminho: a luta!

Temos de dar o tudo por tudo (que é diferente do tudo ou nada). Se não conseguirmos agora, o risco de perdemos estes 9 anos, 4 meses e 2 dias é maior. São mais de 1/4 da vida profissional de um professor. Por outro lado, a liquidação da nossa carreira, em breve, é um risco que não é menosprezável. Portanto, ninguém pode ficar de fora.

- Os plenários de 17 a 21
- A semana que termina com o Dia Mundial do Professor – 1 a 4 de outubro, em greve, 5 de outubro, em Manifestação Nacional. Esta será uma semana de luta decisiva para a negociação que governo e partidos políticos farão no âmbito do OE para 2019.
- Sobre a greve de 1 a 4 de outubro, ver peça

sobre entrega do pré-aviso na página 7. O pré-aviso permitirá, para quem quiser, fazer os 4 dias.

- A partir de meados de outubro ou 1 de novembro – Greve à componente não letiva de estabelecimento e às reuniões
- Protestos nas escolas ou em locais públicos onde se desloque o ME, o PM ou o MF
- Concentração junto à AR no dia de entrega do OE para 2019
- Manifestação Nacional, junto à AR, no dia em que o ME ali for para discutir o OE para a Educação em 2019

É preciso continuarmos a discutir outras formas de luta e, relativamente a propostas que pareçam não ser exequíveis, fazer o debate sobre a sua concretização. •

Greve de 1 a 4 de outubro

Pré-Aviso entregue no M.E.

Os professores e educadores exigem que o governo honre o compromisso que assumiu, cumpra a lei e respeite a Assembleia da República, ou seja, negocie o prazo e o modo de recuperar todo o tempo de serviço que cumpriram. Até agora, porém, o governo, de forma intransigente, tem recusado contabilizar os 9 anos, 4 meses e 2 dias de atividade desenvolvida pelos docentes nos períodos de congelamento das carreiras e ameaça não só apagar mais de 6,5 anos (70%) desse tempo, como adiar para próximas Legislaturas a concretização de qualquer medida que possa tomar, abrindo portas à liquidação da carreira docente, destacam as organizações sindicais de docentes – ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB e SPLIU, que decidiram avançar para a greve na primeira semana de outubro.

Esta greve será um grande resposta à incapacidade do governo e, em particular, do Ministério da Educação, em honrar o compromisso que assumiu, cumprir a lei, respeitar a Assembleia da República e tomar medidas que deem um efetivo combate aos problemas das escolas e dos seus profissionais,

Também em relação a aspetos, como os horários de trabalho ou a aposentação, o governo continua sem apresentar qualquer proposta, recusando a negociação; relativamente ao reposicionamento na carreira continua sem se saber quando será concretizado e quanto à redução dos níveis de precariedade que afetam os docentes as medidas que têm sido tomadas pelo Ministério da Educação ficam muito aquém das necessidades das escolas e do direito dos docentes à estabilidade no seu exercício profissional.

O Pré-Aviso de Greve foi entregue no Ministério da Educação no passado dia 21 de setembro, último dia da semana de plenários que decorreram em todo o país, nos quais participaram milhares de professores e educadores.

A greve terá o seu início às zero horas do dia 1 de outubro de 2018 e prolongar-se-á até às 24 horas do dia 4 de outubro de 2018. Os docentes que pretendam aderir podem fazer greve na totalidade ou, apenas, em alguns destes dias, incidindo a mesma, em cada um dos dias, nos seguintes distritos ou regiões do país:

- **1 de outubro de 2018:** docentes em exercício de funções nos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém;
 - **2 de outubro de 2018:** docentes em exercício de funções nos distritos de Évora, Beja, Portalegre e Faro;
 - **3 de outubro de 2018:** docentes em exercício de funções nos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco;
 - **4 de outubro de 2018:** docentes em exercício de funções nos distritos do Porto e de Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança; docentes em exercício de funções na Região Autónoma dos Açores; docentes em exercício de funções no Ensino Português no Estrangeiro.
- A greve culmina no dia **5 de outubro**, Dia Mundial do Professor, com uma grande Manifestação Nacional de Professores e Educadores, em Lisboa (Alameda D. Afonso Henriques). •

No Alvo



Pequenez democrática...

O Governo, em articulação com a Presidência da República, montou uma operação de propaganda na abertura deste último ano letivo da Legislatura, através da qual procurou esconder os problemas com que as escolas e os professores se confrontam neste regresso às aulas.

Foi nesse contexto que se incluiu o programa de debate que passou no canal público de televisão (17/09/2018), canal esse que, porém, prestou um mau serviço público ao amputar o debate de uma importante componente, o que, aliás, tem sido hábito nos debates sobre Educação, realizados no âmbito do programa em causa.

A questão não se coloca em relação ao que foi dito pelos diversos intervenientes, pois, concorde-se ou não, têm toda a legitimidade em assumir as posições que muito bem entendem sobre o tema para o qual foram convidados.

O problema residiu na pequenez democrática da jornalista que moderou o debate, cujos critérios de convite são tão estreitos que neles não couberam as organizações sindicais de professores. Goste-se ou não, são elas que, institucionalmente, representam os professores, sendo este um dos setores profissionais com mais elevada taxa de sindicalização.

Porém, esta jornalista, de forma reiterada, ignora as organizações sindicais de docentes, amputando o debate sobre Educação de uma importantíssima componente, ainda mais num momento que é muito marcado pela luta dos professores, em defesa dos seus direitos socioprofissionais, é verdade, mas também de uma Escola Pública Democrática e de uma Educação de qualidade para todos. | *O Secretariado Nacional da FENPROF* •





Enganar a opinião pública...

Relatório da OCDE parte de dados falsos e põe a circular mentiras

FENPROF exige a correção dos dados, bem como informação sobre quem os forneceu para que se construísse uma mentira destas

A forma como, publicamente, foi abordado em setembro o relatório da OCDE e como foram divulgados os dados relativos à situação dos professores em Portugal é de uma falta de rigor impressionante, que só não surpreende porque, como se sabe, se os dados fossem devidamente abordados isso não seria notícia, sublinha uma nota de imprensa divulgada pela FENPROF.

As mentiras sobre a realidade socio-profissional dos docentes
Não foi notícia quando a OCDE divulgou em relatório que os professores portugueses foram os que mais rendimento perderam entre 2010 e 2015 – 30%!

Não foi notícia quando, há três meses, a OCDE confirmava uma quebra de salários dos docentes portugueses de 10% (a segunda maior da OCDE), tendo, porém, no mesmo período sido registado o maior

aumento de desempenho científico dos seus alunos no conjunto dos 37 países – 7,6%!

Também não tinha sido notícia o que a OCDE referiu, em pleno período de intervenção da troika no nosso país: os professores portugueses são os que passam mais tempo na escola!

Porém, já foi notícia a mentira posta a circular pelo governo, em junho passado, de que os salários dos professores portugueses eram superiores aos dos seus colegas dos países da OCDE. Já em relação à constatação, incluída no recente relatório, de que os professores portugueses estão abaixo da média praticada naqueles países, esse facto não é destacado em nenhuma das notícias divulgadas e quando é referido surge como uma espécie de rodapé.

Deste último relatório, têm sido destacados dois aspetos: 1) os professores portugueses ganham mais que os outros trabalhadores do país com a mesma qualificação; 2) os professores portugueses trabalham menos que os seus colegas dos países da OCDE. Duas mentiras!

As mentiras sobre os salários dos professores

Os salários dos professores portugueses não são os que o relatório refere:

- Se um docente em início de carreira ganhasse, anualmente, 28.349 euros teria um salário mensal de 2.024. É mentira, o seu salário mensal bruto é de 1.530 euros, auferindo, por ano, 21.420 euros. Uma diferença de 6.929 euros!

- Se um docente com 15 anos de carreira ganhasse, anualmente, 36.663 euros teria um salário mensal de 2.618. É

“

Quer em relação aos salários, quer aos horários de trabalho, partindo de uma base que é errada, todas as conclusões são falsas e não servem para nada a não ser para, mais uma vez, manipular a opinião pública

mentira, se o seu tempo de serviço fosse contado integralmente estaria no 4.º escalão e teria um salário mensal bruto de 1.982 euros. Mas como o governo insiste em não contar o tempo de serviço perdido pelos professores este docente está no 1.º escalão e auferir um salário mensal bruto de 1.530 euros, logo, por ano, 21.420 euros. Uma diferença de 15.243 euros!

- Se um docente no topo da carreira ganhasse, anualmente, 56.401 euros teria um salário mensal de 4.028. É mentira, o seu salário mensal bruto é de 3.364 euros, auferindo, por ano, 47.096 euros. Uma diferença de 9.305 euros!

Ou seja, para além de os valores considerados pela OCDE não serem os corretos, também não foram considerados todos os constrangimentos que afetam os professores, desde logo a perda de, no mínimo, 9 anos, 4 meses e 2 dias de serviço, o que faz com que nenhum docente esteja integrado no escalão por onde, alegadamente, as contas foram feitas. O único fator que a OCDE teve em conta para justificar os números que avança foi o envelhecimento da profissão docente.

As mentiras sobre os horários de trabalho dos professores

Em relação ao horário de trabalho também é falso o cálculo que foi divulgado. Os professores portugueses trabalhariam por ano, se o seu horário fosse apenas aquele que se encontra na lei (35 horas semanais), 1.190 horas e não 920 horas. Como as normas legais de organização do horário são desrespeitadas – problema que a FENPROF tem vindo a denunciar, exigindo a regularização –, na verdade, os professores em Portugal trabalham, anualmente, mais de 1.500 horas (mais de 46 horas semanais)! O que o relatório da OCDE parece fazer é comparar o incomparável: a componente letiva dos docentes portugueses com o horário completo dos professores dos outros países.

Assim, quer em relação aos salários, quer aos horários de trabalho, partindo de uma base que é errada, todas as conclusões são falsas e não servem para nada a não ser para, mais uma vez, manipular a opinião pública num momento em que os professores lutam em defesa da sua carreira e de melhores condições de trabalho. ●



O caminho a seguir

Prosseguir a luta e a mobilização dos professores e educadores, e também esclarecer a opinião pública, é o caminho a seguir pela FENPROF, que, “face a estes dados que foram postos a circular, vai solicitar ao Diretor de Educação e Competências da OCDE, Andreas Schleicher, dando disso conhecimento ao Secretário-Geral da Internacional de Educação, David Edwards, a correção dos dados que foram divulgados e também informação sobre quem forneceu os dados que permitiram divulgar estas mentiras.

A FENPROF, em convergência com mais nove organizações sindicais, está a dinamizar centenas de reuniões e plenários de professores em todas as regiões do país, pediu reuniões a todos os grupos parlamentares, denunciou, no plano internacional, a postura desonesta e desrespeitadora do governo para com os professores, e recorrerá à justiça relativamente a tudo o que, neste processo, for desse âmbito.

Mas a FENPROF privilegiará a luta dos professores. Será a sua unidade e convergência na luta que derrotará as intenções de um governo que continua a ter dinheiro para arruinar o país com PPP, para alimentar os interesses estrangeiros a quem entrega milhares de milhões de euros dos portugueses, mas não tem dinheiro para investir nos serviços públicos, que estão cada vez mais degradados, e para tratar com justiça aqueles que neles trabalham.

A FENPROF não baixará os braços e não calará a justa exigência dos docentes: 9 anos, 4 meses e 2 dias! ●



Ainda as mentiras da OCDE sobre o salário e o horário dos professores, o interesse do governo e o eventual envolvimento de governantes nessa farsa

“À mulher de César não basta ser honesta...”

O relatório “Education at a glance 2018”, da OCDE, divulgado em Portugal na abertura do ano letivo e poucos dias após uma reunião sobre a recomposição da carreira dos professores, serviu para promover um quadro desfavorável aos professores junto da opinião pública, num momento em que é inevitável o agudizar da sua luta, nomeadamente em defesa da recuperação do tempo de serviço que esteve congelado e que o governo pretende apagar.

As notícias divulgadas na comunicação social enganaram os portugueses ao afirmar, com base no que é dito no relatório, que os professores em Portugal ganham muito e trabalham pouco. Como a FENPROF demonstrou, os dados sobre Portugal são falsos, o que levou a que tivessem sido pedidas explicações a Andreas Schleicher, diretor da OCDE para a Educação, para saber como foram obtidos. Ainda não foi recebida resposta, embora, em esclarecimento enviado a órgão de comunicação social pelo gabinete daquele diretor seja dito que tais dados são fornecidos pelo Mi-

nistério da Educação e por um instituto de estatística nacional que não é identificado (o INE? a direção-geral de estatísticas da educação e ciência?).

Face às dúvidas que surgiram, o melhor desmentido do governo sobre um eventual envolvimento nas mentiras sobre os professores, teria sido a divulgação de um esclarecimento que desse nota da falsidade dos números que estavam a ser divulgados, tanto em relação aos salários, como aos horários.

Contudo, não o fez e as declarações do Primeiro-Ministro a este propósito foram no sentido de legitimar a mentira, ao considerar que se estava perante uma notícia positiva (?). Com tal declaração, António Costa veio dar cobertura a uma notícia falsa, o que é reprovável. Pretenderá com isto legitimar o roubo de tempo de serviço prestado pelos docentes?

Vieram, entretanto, a público responsabilidades do Secretário de Estado da Educação na OCDE, organização citada nas mentiras divulgadas. João Costa preside a um órgão (TALIS) que, segundo esclareci-

mento que o próprio emitiu, não foi o que fez o relatório sobre salários e horários, sendo que, no esclarecimento, prestado nada quis dizer para repor a verdade acerca da situação real dos professores e educadores em Portugal.

Repor a verdade

Como diz o povo, à mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta... E a questão é que, nesta história, falta provar se ela ilude ou, pelo contrário, denuncia. Como falta, a quem foi tão lesto a desmentir uma notícia sobre si próprio, desmentir os números da OCDE sobre cerca de 140.000 profissionais que exigem ser tratados com respeito e com justiça, o que tem de começar pelos responsáveis da tutela. Ou o presidente do TALIS sobrepõe a sua solidariedade com a OCDE à que deve aos professores portugueses e, já agora, à defesa da verdade?

No contexto do conflito que o governo provocou com os docentes, tudo indica, a verdade tornou-se questão secundária para os governantes. ●

Por justiça e respeito pelos professores; por uma Escola Pública de qualidade; por um efetivo investimento na Educação

A luta é o caminho!



Encontro nacional de quadros sindicais reuniu em Lisboa cerca de 500 participantes

"A nossa disposição é resolver os problemas. Preferencialmente, resolvê-los pela via negociada, mas se esta se revelar inadequada ou insuficiente, como afirma a proposta de Moção que se apresenta, a luta será o caminho. Dizem alguns que sobrelevamos a defesa dos direitos dos professores aos interesses da Escola Pública. Estão enganados, a questão é que sem professores valorizados, dignificados e respeitados não há condições para que a Escola Pública se afirme democrática, ou seja, para todos, inclusiva e de elevada qualidade", sublinhou Mário Nogueira no encontro nacional que a FENPROF realizou no passado dia 5 de setembro, em Lisboa (auditório da Associação de Comerciantes, na Rua Castilho).

setembro, "o governo tem menos de 4 meses para cumprir a lei do Orçamento que a Assembleia da República aprovou e, no do próximo ano, o que terá de prever são as verbas para o primeiro faseamento da recuperação. Poderão ser 2 anos 9 meses e 18 dias, desde que fique claro que até 2023, a uma média de 25% por ano, serão recuperados os restantes 6 anos, 6 meses e 14 dias. Recusar isto e não sair de uma posição que apaga, nem que seja parte do tempo que os professores cumpriram, terá como única resposta a sua luta."

MOÇÃO APROVADA

É desejo e é interesse dos professores que o ano escolar possa decorrer de forma positiva, com tranquilidade e normalidade nas escolas, no que se inclui, como é devido, verem a sua profissão e o seu trabalho realmente valorizados.

Infelizmente, no que depende do Ministério da Educação e do governo, constata-se a transferência para o presente ano de problemas que tarda em resolver. A manifesta insuficiência de investimento na Educação, a publicação tardia de novos quadros legais, a manutenção de situações geradores de grave instabilidade do corpo docente das escolas, más condições de trabalho e horá-

rios sobrecarregados, fatores que estão na origem do enorme – e reconhecido – desgaste dos docentes, ou a intolerável tentativa de apagar tempo de serviço correspondente a trabalho realizado durante mais de nove anos, são alguns dos motivos que não auguram a tranquilidade e a normalidade desejadas para o ano letivo que vai iniciar-se. A estes problemas deverá ainda ser acrescentada a tardia divulgação das colocações de final de agosto.

O desinvestimento na Educação e na Escola Pública, em particular, impedem-na de dar mais e melhores respostas. Por exemplo, é notória a escassez de assistentes operacionais e de outros profissionais, como psicólogos ou terapeutas. Aliás, se vingasse o processo de transferência de competências para os municípios pretendido pelo governo, estes e outros problemas agravar-se-iam, num contexto que faria disparar assimetrias e novos problemas.

Neste Encontro, os professores não podem, também, deixar de condenar o ataque desferido pelo ME contra a natureza das reuniões de conselho de turma de avaliação dos alunos, impondo uma verdadeira aberração pedagógica, ao aplicar as normas estabelecidas no Código de Procedimento Administrativo para efeitos de verificação

TRIBUNA

A nossa missão é construir

A luta que nos propomos desenvolver será a que os professores estiverem disponíveis para levar por diante, assumindo o compromisso de a fazer. É evidente que, de cada vez que avançarmos para uma forma de luta não temos, nem conseguiríamos, fazer uma auscultação nas escolas. Isso seria, até, emperrar e burocratizar a luta e desvalorizar o papel da direção sindical.

Mas não podemos deixar de estar atentos ao que chega das escolas e são os dirigentes e delegados quem pode e deve fazer essa ligação. É claro que, no terreno, encontraremos sempre os dois extremos: aqueles que nada querem fazer, embora, muitas vezes, sejam os primeiros a perguntar quando chegam os benefícios; aqueles que acham que os resultados só se conseguem se entrarmos a rachar, achando que é com cercos e boicotes que estes se obtêm. Somos professores. A nossa

missão é construir e não boicotar, construir uma profissão mais valorizada e respeitada; construir uma Escola Pública mais democrática; construir um futuro melhor para Portugal. A luta extremada divide os professores, porque ilude alguns, isola da opinião pública e dá trunfos ao lado contrário para avançar com medidas inaceitáveis que acabam por quase parecer admissíveis. A quem, objetivamente, serve essa postura? Ao poder, naturalmente.

A luta tem um forte sentido político e a política faz-se com estratégia, com a razão a prevalecer sobre o impulso, com unidade e não com divisão. Foi assim que a FENPROF sempre contribuiu para que os professores e a Escola Pública obtivessem resultados que os valorizassem; será assim que a FENPROF continuará a dar o seu contributo para dignificar e valorizar os professores, a Escola Pública e a Educação. (Mário Nogueira, encontro nacional de quadros, Lisboa, 5/09/2018) ●



do quórum. É uma decisão que descredibiliza quem enche a boca com pedagogia e que surge como reação a um concreto momento de luta, com vista a condicionar a futura intervenção dos professores, face ao que o governo não resolve e ao que quer impor aos professores. 2018/2019 é também marcado pela publicação tardia de novos quadros legais com elevada importância para o sistema educativo e as escolas, mas que, por obrigarem a alterações profundas na sua organização e funcionamento, deveria garantir-se uma análise atempada, a preparação das escolas e agrupamentos de escolas para a sua implementação e, em alguns casos, a formação prévia de professores. Destacam-se:

O despacho de Organização do Ano Letivo que responsáveis do ME garantiram que seria acompanhado de um documento clarificador (FAQ), mas que continua em falta. Apesar das expectativas, a indispensável regularização dos horários de trabalho não se concretizou, temendo-se, até, que, por força de novos diplomas (inclusão e currículos), piore a sobrecarga.

Formas de luta específicas

Este quadro muito negativo poderá levar à marcação de formas de luta específicas, desde logo com incidência na componente não letiva de estabelecimento.

O regime de inclusão escolar que aponta, no preâmbulo, para um novo paradigma de resposta centrado em todos os alunos e envolvendo, particularmente, os docentes titulares das turmas.

Contudo, não havendo reforço de recursos nas escolas, antevê-se que a estes docentes sejam atribuídas responsabilidades acrescidas, do que resultará, de novo, uma maior sobrecarga. Também as escolas sentem dificuldade em reorganizarem-se, nomeadamente para criar os centros de apoio à aprendizagem que necessitariam de um significativo reforço de recursos humanos e materiais.

O novo diploma sobre currículos, que estabelece novas matrizes e, para muitas escolas, a adesão à flexibilidade curricular que, já se percebeu, onde se concretiza, acontece à custa, mais uma vez, de sobrecarga de trabalho dos professores.

Um Ministério sem soluções

Nenhum dos problemas que afetam o desempenho profissional dos professores e educadores, a sua estabilidade ou a sua carreira, foi resolvido!

Nenhuma medida foi tomada para atenuar a situação de desgaste e exaustão emocional em que, comprovadamente, se encontram os docentes, bem como para garantir o rejuvenescimento do corpo docente, designadamente, através da aprovação de regras de aposentação específicas,

"O que mais queremos que saia deste encontro é a certeza de que todos nós assumimos o compromisso de luta que se torna indispensável. Um compromisso que não obriga, apenas, a lutar, mas também a mobilizar, nas escolas, os nossos colegas. Isso só é possível com o seu esclarecimento, com o debate franco e democrático, com a desmontagem, sem medo, da demagogia, da mentira e do radicalismo, argumentando, repondo a verdade e promovendo a unidade e coesão dos professores"

(Mário Nogueira no encontro nacional de quadros, seguido de deslocação para o Terreiro do Paço, Lisboa, 5/09/2018)



quebrando o curso de envelhecimento a que se assiste.

Estão por cumprir compromissos que o governo assumiu em 18 de novembro de 2017, relacionados com a carreira docente:

- Está por concretizar o reposicionamento na carreira, apesar de o respetivo diploma legal ter sido publicado em maio passado;
- Está por realizar a negociação sobre a forma e o prazo para recuperar 9 anos, 4 meses e 2 dias cumpridos no período do congelamento, tempo de que, por razões de justiça, de dignidade e de legalidade, deverá ser cumprido integralmente.

Reivindicações fundamentais

(...) Os docentes reunidos no Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados dos Sindicatos dos Professores que integram a FENPROF, exigem do governo:

- A recuperação integral do tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento das carreiras – 9 anos, 4 meses e 2 dias – sendo, assim, cumprido o disposto no OE de 2018 e justamente valorizado o serviço que prestaram e prestam;
- O imediato reposicionamento dos professores que ingressaram na carreira durante o último período de congelamento, com o pagamento de retroativos a janeiro, conforme consta da lei;
- A regularização dos horários de trabalho dos docentes, com o envio, imediato, de esclarecimentos às escolas nesse sentido, ficando claro, ainda, que as reuniões que venham a ser convocadas ou forma-

ções obrigatórias, decorrentes dos novos quadros legais aprovados, se integram nos limites da componente não letiva de estabelecimento;

- O envio urgente às escolas, após auscultação das organizações sindicais, como anunciado pelo ME, das “FAQ” sobre o despacho de Organização do Ano Letivo, bem como da listagem de tarefas burocráticas de que os docentes deverão ser dispensados;
- A aprovação de normas específicas de aposentação dos docentes, que tenham em conta o reconhecido desgaste físico, psíquico e psicológico provocado pelo exercício continuado da profissão;
- A revisão do regime de concursos em vigor e a tomada de medidas de combate à precariedade que continua a afetar o setor, garantindo que a necessidades permanentes correspondem vínculos efetivos;
- O reforço do investimento nas escolas, com tradução efetiva no aumento significativo dos seus recursos humanos e materiais;
- A reposição das regras específicas de verificação do quórum das reuniões de conselho de turma de avaliação dos alunos, que garantam a efetiva responsabilização de todo o corpo docente pelas decisões tomadas nesse âmbito;
- O adiamento, por um ano, da aplicação do regime de inclusão escolar, destinando-se o ano que se inicia à criação de condições para a sua implementação;
- A negociação de um regime de verda-

deira descentralização do sistema educativo, que inclua o regresso da gestão democrática às escolas e o reforço da sua autonomia, processo que não se compagina com o modelo que consta da Lei 50/2018 (municipalização), recentemente aprovada.

Um estado permanente de mobilização e luta

Em torno dos objetivos que antes se enunciavam, os dirigentes e delegados dos Sindicatos dos Professores que integram a FENPROF manifestam a sua disponibilidade para dinamizar todas as lutas que tiverem de ser desenvolvidas.

Em particular no que respeita ao processo negocial de recomposição da carreira, caso o governo insista em não contabilizar integralmente o tempo que foi cumprido pelos professores, os dirigentes e delegados sindicais presentes estarão disponíveis para assumir o esclarecimento, a mobilização e a dinamização da luta. Nela se inserem, desde já, a realização de plenários em todas as escolas no início do ano letivo, a realização de greves na primeira semana de outubro e uma Manifestação Nacional em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor.

Para além destas, entendem os presentes que, a manter-se a intransigência do governo, outras ações deverão ser desenvolvidas, mantendo, nas escolas, um estado permanente de mobilização e luta em defesa da legítima posição dos professores, até que esta posição seja respeitada! (Subtítulos da redação). •

“Mais tarde ou mais cedo, os resultados surgem”

“Sabemos que não será fácil, pois vemos, ouvimos e lemos, e isso não nos permite ignorar a realidade”, observou Mário Nogueira no plenário nacional de 5 de setembro, em Lisboa. Acrescentou o Secretário Geral da FENPROF:

“Vimos o atual governo minoritário do PS a convergir com a direita nas leis laborais, pelo que sabemos que a sua disponibilidade para satisfazer a ambição dos patrões é maior do que para dar resposta às justas reivindicações de quem trabalha; ouvimos o que, até no estrangeiro, o Primeiro-Ministro afirmou sobre as reivindicações dos professores; lemos as entrevistas, tanto do Primeiro-Ministro, como do Ministro das Finanças... temos consciência de qual é o ponto de partida do governo para as negociações e sabemos que os governantes pretendem que esse também seja o ponto de chegada.”

“Sabemos que não será fácil, pois vamos acompanhando as tentativas de, das mais variadas formas, na comunicação social, na blogosfera ou nas chamadas redes sociais, pela direita, em defesa das suas posições retrógradas, e por alguns aparentemente radicais, dividir os professores, denegrir a mais importante e representativa organização de professores, insultar e injuriar os seus dirigentes, promover campanhas infames contra alguns desses dirigentes em que, contudo, não são acompanhados pela esmagadora maioria dos professores”, lembrou o dirigente sindical noutra passagem.

“Objetivamente, uns e outros convergem no mesmo sentido: fragilizar a luta dos professores e, no plano da luta, empurrá-los para becos sem saída”, afirmou ainda.

“Sabemos que não será fácil, pois são notórias as manobras do poder e de alguns dos comentadores de serviço para manipular a opinião pública, mentindo sem vergonha, se isso lhes permitir colocá-la contra os professores e a sua luta. Sabemos que não é fácil, mas sabemos, também, e isso é o mais importante, que a razão está do nosso lado. E quando se está do lado da razão, com maior ou menor dificuldade, a justeza das posições que se defendem é reconhecida. Se juntarmos a isso a determinação na luta em sua defesa, mais tarde ou mais cedo, os resultados surgem”, concluiu Mário Nogueira.

10 objetivos fundamentais

Lembrando que “o Ministério da Educação e o governo decidiram transferir para este ano problemas que se arrastam há muito”, Mário Nogueira realçou a determinação dos professores e sintetizou 10 objetivos fundamentais da ação reivindicativa:

1. A recuperação integral do tempo de serviço;
2. O imediato reposicionamento dos professores que ingressaram na carreira durante o último período de congelamento;
3. A regularização dos horários de trabalho;
4. A aprovação de normas específicas de aposentação dos docentes;
5. A revisão do regime de concursos;
6. O reforço do investimento na Educação;
7. A reposição das regras de verificação do quórum das reuniões de conselho de turma;
8. O adiamento, por um ano, da aplicação do regime de inclusão escolar;
9. A negociação de um regime de verdadeira descentralização do sistema educativo;
10. A reposição da gestão democrática das escolas. •





impressões

VÍTOR GODINHO (Membro do SN da FENPROF)

14 mil razões para rever o regime legal de concursos...

Os resultados do mais recente concurso de professores confirmam as razões por que a FENPROF persiste na exigência da revisão do regime legal dos concursos. Com efeito: Nas falsamente designadas necessidades temporárias das escolas, cujos resultados foram conhecidos a 30 de agosto último, foram distribuídos, entre mobilidade interna e contratação inicial, 14 mil horários anuais e completos.

Em evidente contraste, e confirmando que a dotação dos quadros de escolas e agrupamentos está claramente subavaliada, apenas cerca de 8 mil docentes lograram obter transferência para QA/QE (ou para outro QA/QE) por via do concurso interno.

Dos docente de QA/QE, poucos foram os que alcançaram uma qualquer aproximação à residência, fosse através do concurso interno (40 % dos candidatos), dada a escassez de vagas abertas, fosse através da mobilidade interna (32% dos candidatos), por serem ultrapassados, em função das prioridades que estão legalmente fixadas, por outros candidatos com menor graduação providos em QZP;

Quanto aos professores providos nos QZP, foram estes injustamente posicionados em prioridade seguinte à dos QA/QE no concurso interno, situação que ajuda a explicar o igualmente diminuto número dos que obtiveram transferência para QA/QE (apenas 16%); e males maiores foram evitados com a obrigatoriedade, aprovada na AR, de o ME considerar os horários incompletos no âmbito da mobilidade interna, a que este ainda se tentou furtar com o recurso ao TC, mas de onde saiu clamorosamente derrotado;

Na vinculação, persiste uma “norma-travão” injusta e insuficiente para travar o abuso do recurso à contratação a termo, como o confirma o facto de o ME ter aberto um concurso externo extraordinário, através do qual vincularam quase 2 vezes mais professores do que pela aplicação daquela norma.

Os mais de 4 mil docentes contratados para horário anual e completo no presente ano letivo, confirmam que o ME poderia e deveria ter ido mais longe na vinculação de docentes.



Os mais de 4 mil docentes contratados para horário anual e completo no presente ano letivo, confirmam que o ME poderia e deveria ter ido mais longe na vinculação de docentes

Aliás, bastaria que aos candidatos ao concurso externo tivesse sido possível aceder às muitas vagas libertadas pelos docentes em concurso interno que ficaram por preencher e teriam vinculado mais 1230 professores.

Em suma, estamos perante um regime de concursos que não vai no sentido da necessária estabilização dos professores nas escolas, é gerador de injustiças, distorcendo o critério da graduação profissional, e não resolve ou atenua os persistentes problemas da precariedade e do desemprego docentes, motivos pelos quais a FENPROF persiste na exigência da sua revisão. Entre muitos outros aspetos de maior pormenor, a FENPROF continua a defender:

- A abertura de lugares de QA/QE em correspondência com as reais necessidades das escolas;
- A ordenação dos docentes dos quadros, sejam QA/QE sejam QZP, em função da sua graduação profissional, numa prioridade única, nos concursos interno e de mobilidade interna;
- A redução da área geográfica dos QZP;
- O acesso universal a todas as vagas colocadas a concurso;

- A vinculação dinâmica dos professores ao fim de 3 anos de serviço prestado para o ME.

Estes constituem objetivos pelos quais também vale a pena lutar! •

“

Na vinculação, persiste uma “norma-travão” injusta e insuficiente para travar o abuso do recurso à contratação a termo, como o confirma o facto de o ME ter aberto um concurso externo extraordinário, através do qual vincularam quase 2 vezes mais professores do que pela aplicação daquela norma.



duas palavras

JORGE SIMÃO CAEIRO (jorgesimaocaeiro@gmail.com)

Os professores não abrem mão do ECD

Destruir o ECD e desvalorizar a carreira dos professores e educadores tem sido a intenção e a estratégia dos sucessivos governos.

Para que a opinião pública acompanhe os que defendem esta intenção, há quem não hesite em faltar à verdade sobre a carreira dos professores, tentando fazer crer o que não é verdade e assim ir paulatinamente retirando direitos aos docentes. Vejamos, como exemplo, os títulos de notícias que saíram no início deste ano letivo:

- Observador (4/09/2018) – “Mais de metade das baixas na educação foram fraudulentas”
- Público (11/09/2018) – “Professores ganham mais 35% do que a média dos trabalhadores qualificados”

- DN (11/09/2018) – “OCDE diz que temos professores envelhecidos que ganham bem e trabalham menos horas”

Esta estratégia não é novidade, aliás tem sido a regra seguida por vários governos, com destaque para o atual, que recorrem a todos os meios para iludir a opinião pública e assim atingir o que pretendem.

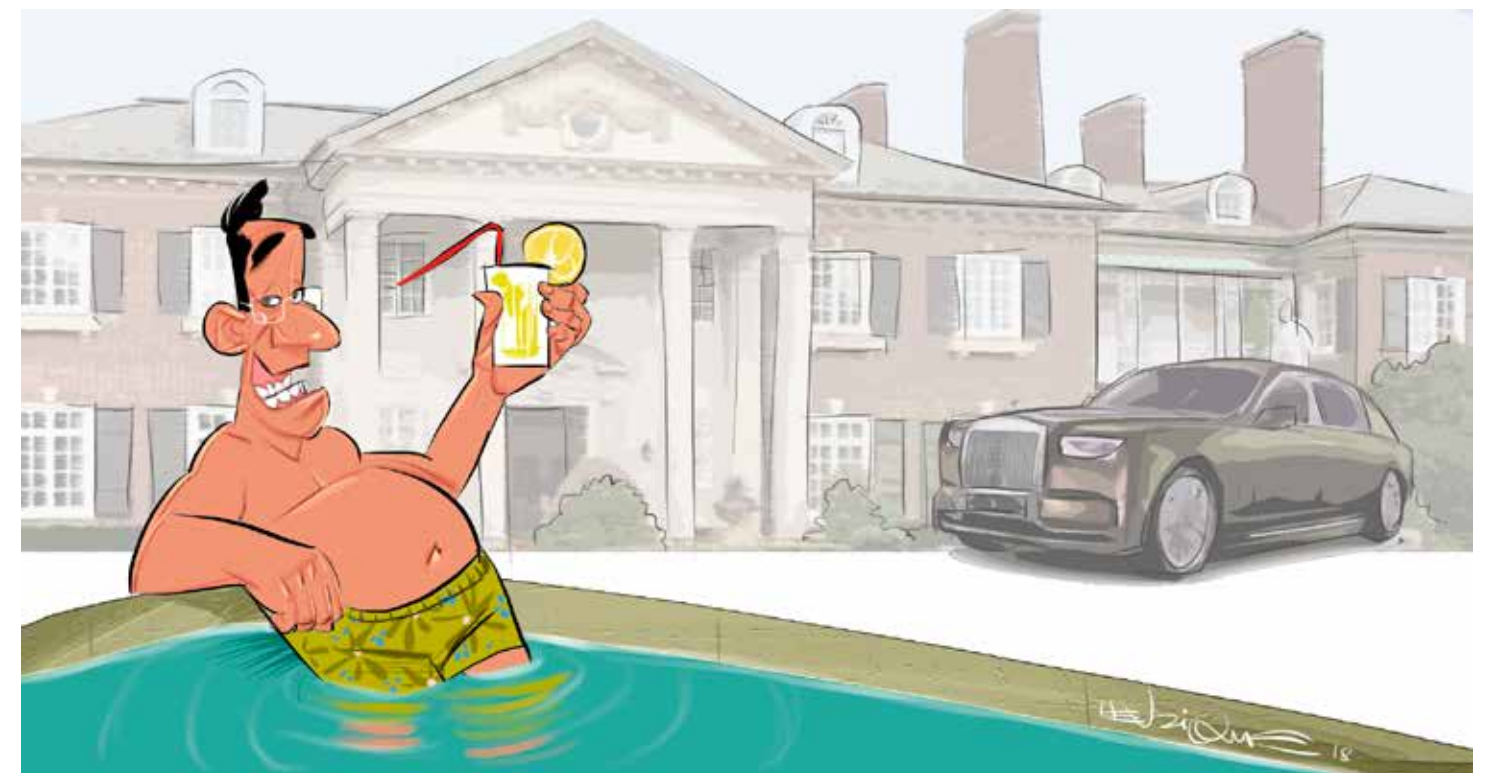
Quem não se recorda da frase da ministra Maria de Lurdes Rodrigues: “Perdi os professores mas ganhei a opinião pública!”, ou daquela proferida pelo secretário de estado Jorge Pedreira: “Quando se dá uma bolacha a um rato, ele a seguir quer um copo de leite!”. Certamente nenhum professor as esqueceu, nem esquecerá a desvalorização salarial que tem tido, a instabilidade profissional que sente (quer nos altos níveis de precariedade laboral

como no agravamento das condições de trabalho a que está sujeito), nem esquece o excesso de número de alunos que as turmas têm, o elevado desgaste físico e psicológico a que está sujeito diariamente, a aposentação digna que tende a tardar, bem como os pressupostos que a municipalização da educação acarretam para a desvalorização da qualidade e universalidade da Escola Pública.

E por não esquecerem tudo isto e muito mais, os professores continuarão a lutar por justiça e respeito pela profissão docente, conscientes da luta que foi necessária para a conquista do ECD, do qual não abrirão mão. •

A OCDE e os professores portugueses

Henrique Monteiro



Ana Simões ao JF:

"Difícilmente, desta forma, teremos Inclusão!"

Com a publicação do Decreto-Lei 54/2018, que estabelece uma nova forma de o sistema educativo abordar o conceito de escola inclusiva, o JF foi falar com Ana Simões, coordenadora nacional do Departamento de Educação Especial da FENPROF.

Ana Simões revela um percurso em que o debate democrático sobre o modelo não teve praticamente reflexo no texto final do decreto e a impreparação do novo ano letivo, por força do atraso na publicação desta importante legislação. Estas e outras coisas relacionadas com as escolas e com os problemas com que se confrontam neste domínio são levantadas pela dirigente do Secretariado Nacional da FENPROF



O diploma da Inclusão (Decreto-Lei nº 54/2018) foi publicado no dia 6 de julho. Ainda vem a tempo para ser aplicado a partir de dia 1 de setembro?

Ana Simões (A.S): No entendimento da FENPROF, como se previa já no início de junho, este diploma foi publicado tardiamente. Isto aconteceu quando os docentes já elaboraram os documentos a que obrigava a legislação que foi revogada.

Assim, os colegas viram-se obrigados a anular todo o trabalho que já fizeram e partir para fazer todos os novos documentos exigidos na legislação agora em vigor. Esta nova legislação revogou por completo a legislação anterior sobre esta matéria e pretende alterar profundamente a organização da escola.

Uma alteração destas necessita de muita discussão e reflexão prévia à implementação da nova legislação porque implica grandes alterações que este Decreto-Lei impõe ao sistema educativo, às escolas e aos docentes. A sua saída aconteceu a 41 dias úteis de se iniciar o ano letivo, sendo que, nesse período os professores estiveram a encerrar o ano escolar 2017/2018 e, depois disso, de férias.

A FENPROF foi muito crítica em relação ao articulado. Alguns dos alertas lançados foram resolvidos na versão final? Houve realmente um debate abrangente

e democrático sobre os aspetos de inclusão social e escolar?

A.S: A discussão sobre a alteração do DL 3/2008 já vem da proposta apresentada pelo anterior governo do PSD/CDS. A proposta apresentada pelo atual governo do PS, ainda que assente num quadro conceptual distinto, em muitos aspetos práticos, vai no mesmo sentido da proposta do anterior governo.

A FENPROF defende a ideia de Inclusão apresentada no preâmbulo (tal como referido no Parecer entregue a 30 de setembro), mas, depois, a operacionalização nas escolas, através do articulado, não é explícita sobre o apoio a prestar aos alunos, com vista a uma educação verdadeiramente inclusiva, onde o respeito pelas necessidades individuais de todos os alunos terão a resposta adequada.

Foram entregues muitos pareceres de inúmeras organizações, onde se inclui a FENPROF, mas, apesar da solicitação para se tornarem públicas as questões que mais frequentemente eram contestadas e para as quais se propunha a alteração do que estava no projeto, o ME/Governo não as divulgou, demonstrando desrespeito e desvalorização pelas opiniões diferentes da sua. Nestes pareceres inclui-se o do Conselho Nacional de Educação – CNE (Parecer nº 7/2018 de 26 de abril – este conhecido porque foi publicado em Diário da República), que não foi respeitado porque as suas recomendações

não foram atendidas mantendo-se, na sua globalidade, todas as questões em dúvida suscitadas no âmbito do projeto.

Para a FENPROF um debate democrático é algo diferente, de que o ME/Governo abdicou, preferindo manter, no essencial, a sua posição inicial.

O diploma fala de autonomia das escolas. Em que áreas?

A.S: O diploma fala de autonomia das escolas bem como do Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Concordamos que seja no quadro da autonomia das escolas que sejam tomadas as decisões sobre como organizar e implementar as alterações previstas neste diploma e concordamos com o disposto no documento sobre o Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho), aprovado pelo governo.

Mas, infelizmente, já nos habituámos à existência de uma distância muito grande entre a realidade da autonomia e o que, sobre ela, é escrito pelo Ministério da Educação, este, como equipas anteriores.

As escolas têm autonomia para reduzir o número de alunos por turma quando esta integra alunos abrangidos pelas “medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão”? E reduzir o número de alunos para quantos? A lei fala de 20 mas a maioria das turmas tem mais.

“

No entendimento da FENPROF, como se previa já no início de junho, o Decreto-Lei nº 54/2018 foi publicado tardiamente. Isto aconteceu quando os docentes já elaboraram os documentos a que obrigava a legislação que foi revogada

As escolas têm autonomia para contratar os recursos humanos (docentes e não docentes) necessários para dar a resposta adequada a todos os alunos?

A autonomia pode passar por aspetos de ordem curricular, mas só estes não são suficientes para implementar o modelo que agora se pretende.

As escolas têm de garantir as condições adequadas para implementar uma verdadeira Inclusão e não será, apenas, com “os recursos materiais e humanos disponíveis na escola”, pois, como se sabe, estes são insuficientes.

As mudanças de paradigma são sempre muito complexas e exigentes e nunca

resultam quando se pretende fazê-lo por “decreto”, sem o indispensável investimento, sem o reforço de recursos e sem que, nos diversos domínios, incluindo no da formação, haja trabalho.

Mas não se realizou debate e formação?

A.S: Num primeiro momento, o que foi feito foram grandes “comícios” nos quais responsáveis do ME, entre outras pessoas, procuraram passar a ideia.

Depois houve uma formação de “formadores”, feita antes mesmo de ter saído o diploma legal, que, segundo parece, se destinou a aproveitar alguns dinheiros para a formação, por último houve, em algumas regiões, outras ações, mas sempre numa perspetiva informativa e não formativa e sempre sem abranger a generalidade dos professores que, de acordo com o novo diploma, passam a estar diretamente implicados.

Onde falha, essencialmente, este diploma agora publicado?

A.S: Apesar de ter saído o Manual de Apoio à prática inclusiva no dia 12 de julho, muitas respostas que as escolas tinham de ter a funcionar no dia 1 de setembro estão por responder. Como refere o parecer do CNE, o Manual de Apoio à prática inclusiva de-

verá esclarecer dúvidas concretas, como por exemplo:

- Como se implementa o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)? Basta uma sala vazia?
- O que fazer aos alunos que não atinjam os 60% do tempo na turma e que antes estavam nas Unidades Especializadas?
- Que horários coincidentes vão ter os docentes entre si e, também, com trabalhadores não docentes, para planificar todo o trabalho conjunto exigido?
- Em relação às funções que o docente de Educação Especial irá desempenhar, o seu horário será maioritariamente em apoio direto aos alunos?
- O que poderá a escola decidir se os pais/encarregados de educação não concordarem com o relatório técnico-pedagógico? A escola avança mesmo sem a concordância dos pais/encarregados de educação ou deixa de dar apoio àquele aluno?

Estes são alguns exemplos de dúvidas que preocupam as escolas e que o ME/Governo está com dificuldade em dar resposta. Limitou-se, apenas, sem qualquer tempo útil para a reflexão coletiva, a exigir que se implemente a partir de 1 de setembro.

Difícilmente, desta forma, teremos Inclusão! Se não forem criadas as condições necessárias para dar a resposta de qualidade a que todos os alunos têm direito, o que termos é um profundo desrespeito pelos alunos, pelos profissionais e por toda a comunidade educativa. ●





Políticas educativas avulsas:

A imposição de uma falsa Autonomia e Flexibilidade Curricular!

BRÍGIDA BAPTISTA (Membro do SN da FENPROF)

A FENPROF promoveu, no decurso do ano letivo anterior, uma auscultação, sob a forma de inquérito, aos professores envolvidos na experiência resultante do Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, com o objetivo de avaliar a sua implementação e consequências no que respeita à sua possível contribuição para uma maior autonomia das escolas e dos docentes e a organização do trabalho dos professores.

Subjacente a este inquérito esteve também a preocupação em se perceber se a concretização deste projeto poderia contribuir, ou não, para o sucesso e a garantia de igualdade de oportunidades entre os alunos.

Mais de 200 professores debateram a Autonomia e a Flexibilidade Curricular, um projeto que o Ministério da Educação decidiu implementar nas escolas sem ouvir os

professores, num Encontro Nacional, a 16 de junho na Escola do Cerco - Porto, em que os resultados do inquérito foram dados a conhecer.

O inquérito abrangeu 54 escolas das cerca de 200 Escolas Públicas de norte a sul do país onde se verificou a implementação do Projeto. Participaram 414 docentes distribuídos pelos vários níveis e ciclos de ensino. É de salientar que 76% dos docentes

afirmaram que a decisão de adesão a este Projeto tinha sido exclusivamente tomada por parte do diretor ou após ouvir o Conselho Pedagógico.

Os docentes não foram envolvidos no processo de tomada de decisão e muitas vezes desconheciam-na por completo. Salienta-se ainda que em alguns casos apesar de o Conselho Pedagógico ter decidido pela não adesão, o diretor decidiu o contrário.

Mais uma vez este tipo de situações vem dar razão ao que a FENPROF tem vindo a defender, desde há muito tempo a esta parte, sobre a necessidade de alterar o atual modelo de gestão e organização das escolas para um modelo de gestão democrática assente no respeito pelos valores da democracia e da participação que enformam a LBSE.

Constatou-se que nas 54 AE/ENA a maior taxa de adesão ao projeto tinha especial incidência nos 1.º, 5.º e 7.º anos do ensino básico e no Ensino Profissional, ultrapassando os 60%. Contrariamente, no 10.º ano do ensino secundário do Curso Científico-Humanístico a taxa de adesão é residual. Estes resultados demonstram, e a FENPROF já tinha chamado a atenção para este aspeto no Parecer que emitiu a 14 de fevereiro de 2017, que as escolas,

em sentido lato, consideram que a adoção deste regime de autonomia e flexibilidade curricular coloca em causa a igualdade de oportunidades no acesso dos alunos ao Ensino Superior.

Convém aqui salientar que o próprio diretor do departamento da Educação da OCDE, organização amplamente citada pelos nossos meios de comunicação social e pela Tutela sempre que têm como objetivo colocar em causa os professores e não nesta situação em concreto, afirmou a incongruência entre *o mundo de uma escola de projetos e o mundo dos exames ou da avaliação externa*.

Incoerências...

O mundo dos “currículos à medida”, da flexibilidade curricular e da diferenciação pedagógica é indubitavelmente incongruente como acima se afirma, e incoerente com uma lógica de avaliação externa e, mais a mais, com uma matriz centralista de exames nacionais.

No que concerne à gestão de 25% do currículo, da auscultação aos professores resulta que cerca de 46% das escolas implementarem esta medida contra cerca de 54% que não a efetuaram.

Os professores cujas escolas optaram pela mobilização dos 25% referem que esta medida se concretizou na transferência de carga horária para outras disciplinas, projetos, DAC (domínios de articulação curricular) e, também, na criação de novas disciplinas.

A FENPROF não pode deixar de manifestar a sua grande preocupação com esta “localização do currículo” que se apresenta escola a escola e com as implicações já aqui mencionadas e outras, como sejam a criação de escolas com especializações curriculares dando lugar a procuras e ofertas diferenciadas e que podem servir os interesses de determinados grupos sociais.

Transferência inadequada de competências para os municípios

Para além destes aspetos, não parece ser inocente que a mobilização de tais 25% coincida com o que o anterior governo pretendia com os *Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências na área da Educação nos Municípios*. Parece-nos que poderá estar em causa o modelo de municipalização, que agora se apresenta mascarado de *descentralização*, em que poderá ter lugar a transferência inadequada de competências para os municípios e as quais deverão indubitavelmente continuar a ser atribuídas às escolas e agrupamentos.

O inquérito evidencia ainda que os professores consideram que a implementação do *Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular* apresenta alguns aspetos posi-

tivos como sejam o trabalho centrado no desenvolvimento de competências e não nos conteúdos, o envolvimento dos alunos em projetos, a preocupação de melhores aprendizagens, uma maior centralidade nas escolas e na gestão do currículo de forma flexível e contextualizada.

Que avaliação?

No entanto, não deixam de sublinhar a falta de avaliação da implementação deste projeto nas escolas.

Há a salientar, que contrariamente à tão anunciada avaliação por parte da tutela, da implementação em regime experimental do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular para que posteriormente se generalizasse, ou não, a todas as escolas, desconhece-se a sua realização, e de forma abusiva e desrespeitadora pela organização da escolas, dos seus profissionais e alunos, fez sair a 6 de julho, para implementar em setembro o decreto-lei n.º 55/2018 assim como as portarias n.ºs 223-A/2018 de 3 de agosto e que procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas, a 226-A/2018 de 7 de agosto que procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos, e só a 23 de agosto, faz sair a portaria 235-A que procede à regulamentação dos cursos profissionais.

A frisar ainda que através da Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto, o ME põe em causa a natureza profundamente pedagógica das reuniões de conselho de turma e dos conselhos de docentes.

Sobrecarga de trabalho

O tratamento dos dados do inquérito salienta como aspetos negativos a Imaturidade dos alunos para o desenvolvimento de projetos, currículos muito extensos, a sua própria falta de motivação, a implementação do PAFC à custa dos professores, o aumento da componente burocrática e sobrecarga de trabalho inerente a este processo, a falta de valorização e reconhecimento do seu trabalho.

Constata-se um aumento do horário de trabalho dos professores em que cerca de 75% referem um aumento de 1 a 3 horas



“**Os docentes não foram envolvidos no processo de tomada de decisão e muitas vezes desconheciam-na por completo. Salienta-se ainda que, em alguns casos, apesar do Conselho Pedagógico ter decidido pela não adesão, o diretor decidiu o contrário**

na componente de estabelecimento e 57% apontam para um acréscimo do trabalho individual de 1 a 3 horas e 35% para 4 a 6 horas.

Perante estes dados, a FENPROF não pode deixar de alertar para o aumento da excessiva sobrecarga de trabalho dos docentes, que neste momento ultrapassa as 46 horas, e o conseqüente agravamento do desgaste dos professores.

Para terminar, há a sublinhar que a realidade das escolas, que o ME parece desconhecer, não se compadece com medidas *à la carte* e políticas educativas avulsas. ●

FENPROF vai criar espaço específico sobre as questões da ADSE

Esta matéria de grande importância para a generalidade dos professores vai ter um espaço dedicado no site da FENPROF (<http://www.fenprof.pt>) e informação imediata através da rede social Facebook (<https://www.facebook.com/FENPROF.Portugal>). Terá como conteúdo as decisões tomadas pelos órgãos da ADSE, as posições dos representantes dos trabalhadores no conselho consultivo, tomadas de posição da FENPROF e de estruturas que os sindicatos da FENPROF integram, legislação e projetos relativos a esta matéria. ●



Os professores portugueses responderam a um dos mais importantes inquéritos nacionais e internacionais realizados sobre este setor profissional, relativo às perceções subjetivas da sua condição de trabalho e vida que ajudam a compreender as causas do desgaste que os afeta.

Cansaço, stress, burnout são problemas que se abatem sobre os professores, com implicação no seu desempenho profissional e na sua vida. Para conhecer melhor as causas, identificar consequências e procurar medidas, a FENPROF recolheu quase 19.000 inquéritos por docentes em todo o país, de forma voluntária e consentida.

Um grupo interdisciplinar de investigadores, de várias universidades, coordenados por Raquel Varela, no âmbito de uma parceria entre a FENPROF e a FCSH/UNL, elaborou um estudo científico que vai agora, em outubro, ser divulgado na íntegra.

Este será um instrumento a utilizar pela FENPROF no plano reivindicativo para exigir medidas que eliminem os fatores de desgaste, contribuindo positivamente para o bem-estar dos docentes, as aprendizagens dos alunos e a vida das escolas.

Centenas de professores no encontro internacional no Fórum Lisboa

Para uma primeira divulgação de dados do estudo, decorreu no passado dia 6 de julho

no Fórum Lisboa (Av. de Roma) um encontro internacional em que participaram centenas de docentes e um naipe de convidados de grande prestígio que apresentaram as suas comunicações em duas sessões de trabalho.

"Estudo sobre o desgaste dos professores em Portugal: divulgação de resultados do inquérito e identificação de causas (comunicações e debate)" foi o tema da primeira sessão de trabalho, moderada por Francisco Oliveira, Presidente do sindicato dos Professores da Madeira. Registaram-se as intervenções de Raquel Varela, historiadora, investigadora, professora da Universidade Nova de Lisboa e coordenadora do estudo; António Coimbra de Matos, psiquiatra, presidente da comissão de ensino da Sociedade Portuguesa de Psicanálise; e Henrique Silveira Oliveira, matemático, responsável pelo tratamento dos dados.

José Augusto Cardoso, Coordenador do departamento de Formação da FENPROF, moderou a segunda sessão, apontada à "reflexão sobre os resultados do estudo com contributos de especialistas internacionais (comunicações e debate)". Foram oradores: Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pedagogo e investigador; e Duarte Rolo, docente e investigador social da Université Paris Descartes e do Conservatoire National de Arts et Métiers, de Paris.

O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, fez a intervenção de encerramento deste encontro. Recordamos que em www.fenprof.pt estão apontamentos vídeo das intervenções.

"Não basta gritar"

"O que verificamos neste estudo é que há uma progressão/sucessão entre stress, burnout, depressão; o stress, como sabemos, é sobrecarga, que, quando é crónica e sustentada – chamamos-lhe stress tóxico – é altamente lesiva", alertou o psiquiatra António Coimbra de Matos.

"Este stress facilmente condiciona o burnout, o esgotamento. A pessoa esgota-se, não aguenta mais aquela sobrecarga excessiva e duradoura. E, na fase seguinte, desiste, deprime", registou o psicanalista e professor universitário.

Nas palavras do prestigiado psiquiatra, "este inquérito nacional mostra muito cansaço" da classe docente, mas mostra também que "os professores reagem naturalmente à sobrecarga de trabalho, mantendo a sua intenção dirigida para os alunos, para os outros", ou seja, "não deixam de responder à sua função e à sua missão".

António Coimbra de Matos abordou vários aspetos da situação docente e do trabalho nas escolas, como a indisciplina dos alunos, as preocupações com as aprendizagens e

a fadiga dos professores, alertando para as consequências da "desmotivação", que, muitas vezes, caminha rumo à depressão.

"Há que lutar contra o burnout, que não só chamusca como queima por dentro, frita os miolos; contra o burnout há que apagar o fogo, há que fazer de bombeiro, e arrefecer", observou Coimbra de Matos. Contra o stress, comentou mais adiante, "há que fazer a descarga", nem que seja parcialmente. Assumir direitos e poderes para poder contestar condicionamentos malignos injustiças, é um caminho essencial.

Registou ainda que há dois tipos de depressão:

- Uma depressão patológica, de que falamos mais: a pessoa julga-se culpada, julga-se "inferior", desvaloriza-se;
- Há, por outro lado, uma depressão "normal" em que também se fica abatido, mas em que reagimos, em que contestamos a opressão.

E o sentimento é este: "vamos contestar; as coisas têm que se de outra maneira!"

Da Indignação passa-se à revolta, mas não basta gritar, há tentar dar a volta, como é exemplo o lançamento e a realização deste encontro, mostrando caminhos e soluções, concluiu António Coimbra de Matos.

“Os professores avaliam a burocracia como responsável pelo mal estar docente. Trata-se de um factor extremamente negativo para a realização do trabalho na educação

"Temos o direito de ser felizes no mundo do trabalho"

O Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro alertou para as consequências das alterações em curso no Brasil em matérias fundamentais como a privatização de serviços públicos, a legislação do trabalho ("uma tragédia a lei que foi aprovada") e o sistema de aposentação.

Roberto Leher chamou a atenção para "uma nova mudança estrutural para o Estado", que determina, em traços gerais, que "nos próximos 20 anos os gastos públicos terão que ser decrescentes". Noutra passagem, o prestigiado universitário, Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comentou: "O trabalho tem um sentido muito profundo na nossa vida. Buscar no trabalho algo que faça sentido, que dê confiança, alegria

e prazer, é algo que todos os trabalhadores devem reivindicar permanentemente." "Nós temos o direito de ser felizes no mundo do trabalho."

A propósito, Roberto Leher destacou o papel dos professores na sociedade e as características "muito importantes" do seu trabalho, que, com autonomia e criatividade, fazem desenvolver nas crianças e nos jovens o gosto pelas artes, pelas ciências, pela tecnologia e pela cultura.

Como sublinhou o Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, lutar por uma vida plena de sentido no mundo do trabalho, implica lutar contra a flexibilização/precariedade laboral e contra "a expropriação do conhecimento".

Alertando para uma situação de tristeza e sofrimento que atinge o conjunto dos trabalhadores da educação no Brasil, Roberto Leher sintetizou assim as três formas de precarização institucionalizadas no país:

Primeiro - um contrato por tempo determinado; começou por ser de um ou dois anos, agora já pode ser por tempo indeterminado.

Esta situação atinge muitos professores - jovens e muito qualificados -, que vivem numa situação de grande instabilidade: não podem alugar um apartamento, não têm direito à segurança social... Esta situação afeta cerca de 35 por cento dos professores brasileiros.

Segundo - há um segundo nível de precariedade: trata-se, como referiu Leher, de

Fiabilidade e grande confiança nos dados

A síntese do estudo foi apresentada, no encontro realizado no Fórum Lisboa, pelo matemático Henrique Silva Oliveira, que desde logo sublinhou a dinâmica coletiva do trabalho desenvolvido por uma "equipa multidisciplinar", com "visões muito diversas", sob a coordenação de Raquel Varela.

O estudo, que teve 18 420 respostas (sendo 15 509 respostas completas - da primeira à última questão), abordou diferentes "índices globais", como o esgotamento emocional, a despersonalização, a realização profissional, o stress social sobre a profissão e o cansaço (real e objetivo).

Para dar uma ideia da amplitude deste estudo nacional, Henrique Oliveira lembrou que as sondagens de opinião realizadas antes das eleições têm como base amostras de apenas 600 pessoas (entrevistas por telefone fixo), das quais respondem cerca de 400. A participação no estudo lançado pela FENPROF proporciona fiabilidade e grande confiança nos dados, num "rigor quase absoluto".

O inquérito, que incluiu 158 questões ao longo de 4 capítulos, dá, assim, uma panorâmica sobre o que sente e como é afetada a classe dos professores - "extremamente envelhecida"⁽¹⁾ - em matéria de esgotamento emocional e burnout, desgaste, cansaço e mal estar social e profissional. ●

(1) Para 867 professores com mais de 50 anos, existem 100 docentes com menos de 35 anos; isto são dados oficiais, de há dois anos. Calcula-se que esta diferença suba a um ritmo de 30 por cento ao ano...





“

Há uma ligação direta entre o índice de burnout e a idade. Aumenta significativamente a partir de 55 anos de idade. A síndrome de burnout consiste na dissociação das expectativas com a realidade. Isto pode acontecer mais com os mais velhos, pois os mais novos não vivem esta dissociação. Nestes, a expectativa aproxima-se mais da realidade do que com aqueles que vivenciaram a escola democrática e a gestão democrática, tiveram mais autonomia e foram mais compensados, antes, com o seu trabalho

ensinar, matemática, química, biologia, história, quem tem conhecimento e dedicação. Reestruturar a docência é um tema central em foco na universidade brasileira. “O que significa hoje ser docente? Que dimensão têm os jovens universitários da profissão?”

“Temos que lutar muito pela nossa autonomia intelectual. Precisamos de assumir a direção intelectual e moral das escolas públicas. Quem educa são os educadores”, concluiu.

O II Encontro Nacional sobre o desgaste da profissão docente decorrerá no próximo dia 19 de outubro (sexta-feira), em Lisboa, na Escola Superior de Comunicação Social (Campus de Benfica do Instituto Politécnico).

A iniciativa, que divulgará os resultados finais do estudo (“Inquérito nacional sobre as condições de vida e de trabalho na Educação em Portugal/Burnout”), tem início marcado para as 9h30, estando prevista a intervenção de encerramento, pelo Secretário Geral da FENPROF, às 17h00 (ver programa completo do encontro na pág. 23).

Ao longo das três sessões de trabalho intervirão especialistas nacionais e estrangeiros. | JPO •

“uma degradação da situação do professor temporário” – o professor eventual. Estes docentes substituem colegas que falem, especialmente por motivos de saúde.

“Chama-se o eventual que, geralmente, tem até 30 minutos para se apresentar na escola”. Quanto recebem estes professores ao fim do mês? Depende do número de aulas de substituição que tenham dado...

Terceiro – há ainda uma terceira forma de precariedade laboral, que resulta da contratação de docentes por várias organizações, nomeadamente ONGs (Organizações Não Governamentais) para prestarem serviço nas autarquias.

O quadro da precariedade laboral entre os professores do Brasil, segundo as esti-

mativas, ultrapassa seguramente os 40 por cento. Já na ponta final da sua comunicação, o universitário brasileiro falou da necessidade de “uma pedagogia que tenha como referência o afeto e o amor, o reconhecimento da humanidade do outro”.

“Este não é um ponto menor. Não é verdadeira a imagem de que todos os que vivem nas favelas são bandidos e traficantes...” “Todos os que buscam o sentido humano estão a resistir e a lutar pela reconstrução da educação pública. É necessário que a docência seja reconstruída. Não pode ser confundida com transmissão rápida de conhecimentos.

É um trabalho intelectual, de desenvolvimento da imaginação criadora. Só pode



JF promoveu mesa redonda com Mário Nogueira, Henrique Silveira e Raquel Varela. Os nossos convidados respondem a 3 perguntas.



Mário Nogueira

Qual a prioridade de que é dada pela FENPROF a este problema?

Para a FENPROF esta é uma das questões mais importantes e um dos objetivos prioritários da ação reivindicativa que desenvolve com os professores. Ninguém consegue pôr em causa uma realidade que salta aos olhos: há um profundo desgaste do corpo docente das escolas, cujas causas são da mais variada ordem e vão desde a sobrecarga de trabalho a que os professores se sujeitam, à atual relação hierárquica que comanda a vida das escolas, passando por uma amarga sensação de falta de reconhecimento e desvalorização da muita e boa atividade que é desenvolvida pelos professores. Portanto, esta é uma das pedras de toque de toda a ação desenvolvida pela FENPROF, pois há a consciência de que o problema se atenua, ainda que, por vezes,

apenas ligeiramente, de cada vez que há um problema que se resolve.

Em que medida a decisão sobre medidas a tomar para combater esse desgaste pode contribuir para atenuar este desgaste?

As medidas que poderão contribuir para atenuar este problema são variadas e de âmbito distinto. Por exemplo, garantir que os horários de trabalho são mesmo os que a lei estabelece e que os professores não continuam a ter de se sujeitar a uma carga absurda de tarefas burocráticas, democratizar a gestão das escolas, valorizar a atividade desenvolvida pelos professores, contabilizando os anos de trabalho para todos os efeitos, incluindo a carreira, garantir o rejuvenescimento do corpo docente das escolas. Agora, claro, é necessário que o governo compreenda que investir na Educação é, também, investir nos seus professores e que estes são o garante de uma Educação de qualidade e de uma Escola Pública Democrática. Enquanto encarar a Educação como uma despesa, logo, uma

área em que é necessário cortar cada vez mais, quem irá pagar com desgaste físico, psíquico e psicológico são os mesmos de sempre: os professores.

A opção por não haver reação do governo o que representa para os professores?

A falta de reação do governo, ou seja, de propostas para alterar este quadro negativo, só pode merecer a contestação dos professores. Uma contestação que se deverá traduzir em luta em defesa dos seus direitos, em defesa dos direitos dos seus alunos e em defesa de uma Escola Pública capaz de se organizar e funcionar de forma a dar as melhores respostas possíveis às necessidades e exigências dos alunos, das famílias e da sociedade. Se os professores se alheassem dessa luta, estariam a pactuar com aqueles que os desrespeitam e isso não farão. Portanto, há que demonstrar que, também na luta, os professores portugueses são dos melhores do mundo. •



Henrique Silveira

Quais os números mais relevantes do estudo?

A dimensão elevada da amostra e a sua distribuição.

Os números brutos são muito raros em inquéritos desta natureza. Temos cerca de 19.000 inquéritos, dos quais cerca de 15.500 totalmente preenchidos. São mais de 2.5 milhões de dados, trata-se de big data. Esta amostra é consistente com o universo quer em termos de distribuição por sexo, como por idades e/ou por regiões. Somente a implicação e colaboração directa dos profissionais docentes na concepção e execução do estudo pode explicar tão significativo nível de participação. A recolha e lançamento dos dados tiveram um forte apoio das estruturas sindicais, sem, no entanto, se condicionar a participação, ou mesmo sequer questionando qualquer filiação sindical dos participantes no estudo.

O estudo do ponto de vista estatístico fornece-nos indicadores que estarão muito perto dos valores reais do universo, com elevada confiança (99%) e margem de erro associado muito baixa, menor do que 0.5% em todos os indicadores avaliados.

Foi importante perceber que existe uma taxa muito elevada de exaustão emocional, 76.4% dos professores exibem valores elevados deste indicador, que o cansaço físico é também muito elevado e que o stress laboral sobre os professores é muito elevado. Grande parte dos professores tem a percepção de que o seu estatuto sócio ocupacional e seu

prestígio público declinaram nos últimos tempos.

Há forte correlação entre a geração dos professores, tempo de serviço e fadiga. Existe também um substancial nexo entre os professores que mais sofrem com a indisciplina escolar e a exaustão, além de problemas com a organização do trabalho, sobrecarga de componente não-lectiva, burocracia, plano de carreira entre muitas outras questões.

Surpreendentemente, porém, a despersonalização – ou considerar os alunos como “objectos ou coisas” –, é de baixa ordem, aproximadamente 7.6%. Finalmente, apesar do elevado stress social, da exaustão emocional e do cansaço físico, a maioria dos docentes, 57.5%, considera-se realizado.

Portugal é um caso de laboratório?

Este estudo parece ser algo pioneiro dentro da OCDE. Nesse sentido pode ser visto como um “laboratório”, i.e., um modelo de estudo para outros países e profissões.

Portugal não é, no entanto, um caso típico, basta verificar que, dentro dos países da OCDE, é daqueles que têm uma população de professores mais envelhecida e mais desgastada, apenas superada pela Itália, na primeira etapa do ensino básico, e pela Itália e Chipre, no caso da segunda etapa do básico e secundário. Evidentemente que este exercício só poderá ser corroborado quando se realizarem estudos equivalentes noutros países e se confirmarem – ou não – se as estatísticas expostas são comparáveis.

Obviamente que Portugal é um “caso de laboratório”, no sentido em que este país merece ser estudado, em especial pela cor-

relação pouco usual entre alta exaustão e baixa despersonalização.

É justamente onde é necessário avançar: passar aos estudos qualitativos que possam aumentar a capacidade de interpretação e possível melhoria deste quadro.

Que leitura pode fazer-se da situação dos professores portugueses?

A principal conclusão é que os professores estão muito envelhecidos. O tempo está fortemente correlacionado com o desgaste profissional e o cansaço físico efectivo. É necessária a introdução de um regime especial de aposentação antecipada, por um lado, e, por outro, renovar, maciça e progressivamente, os quadros e melhorar suas condições.

Finalmente, a actual situação resultará num colapso do sistema em menos de 10 anos, isto apesar da diminuição demográfica. Mais de 40% dos professores estão quase na idade de aposentação, e a redução demográfica do país está muito abaixo desses valores.

É imprescindível que o Estado faça uma análise cuidada e atenta de uma situação potencialmente catastrófica num futuro próximo e, não o fazer, por quaisquer razões invocadas, nomeadamente as orçamentais, será comprometer o futuro das próximas gerações deste país, em todas as áreas.

A análise revela uma situação actual dramática que a curto prazo poderá ser catastrófica. É urgente transformar esta situação atacando os problemas de frente. ●

O autor utiliza a ortografia do português anterior ao AO90.

e quantitativa, “homo sapiens” e “homo faber”. O estudo volta a pôr em cima da mesa a questão fulcral do ofício científico: para quem e para quê?

Na projeção dos seus resultados científicos, qual deveria ser a reação lógica para o poder político?

Desde já, é preciso esclarecer uma questão prévia. Acreditamos que o ofício científico deve haver-se com questões sociais politicamente relevantes para desenvolver-se de modo saudável e útil ao público e sociedade em geral. Isso é muito importante. Porém, enquanto a solução de problemas sociais implica uma ação política, a qual deve transformar a realidade; a resolução de uma questão de investigação científica pode resultar em incremento dos conhecimentos sobre determinado assunto. Ambos podem, e até

devem, estar relacionados, mas não são, evidentemente, uma só coisa. Corre-se o risco simétrico, caso confundirmos ou separarmos as duas instâncias, de, por um lado, termos uma ciência “livremente flutuante”, descolada da realidade à qual deve responder, ou, por outro, uma espécie de ciência a reboque de situações e agendas externas às regras próprias ao trabalho científico. É muito importante reafirmar a autonomia entre ambas as esferas, até para que a ciência não venha a ajoelhar-se no altar de mercados ou Estados. Dito isso, a política deveria se fiar mais da ciência. Este país formou quadros técnicos e científicos, com o erário público, fundamentais na explicação e arguição no caso dos fogos florestais, por exemplo. O que vimos a seguir – Pedrogão Grande e

2017 – foi o dramático incêndio do Estado social em fiapos. A metáfora do Burnout implica seres humanos em zona limítrofe de nexo psicofísico. Isto é, “queimaram-se”. Contudo, estes seres humanos, exaustos, à rasca, são responsáveis por formar todos os demais. Qualquer governo minimamente identificado com “questões públicas urgentes e problemas humanos persistentes”, formado aliás por gente ligada à educação e às universidades, deveria demonstrar empenho em oferecer soluções dignas.

As pessoas estão a assobiar para o lado?

Não foi até agora demonstrada a mais mínima vontade coletiva para resolver tão grave questão. A montante e jusante acumulam-se

problemas. A mídia não parece estar atenta, organizações como a OCDE estão longe de qualquer perspectiva crítica, o governo, não só a “assobiar para o lado” – até mais parece empenhado em agravar um quadro já tão dramático –, o assim-chamado “mercado”, a borrfar-se, posto que não se trata de um setor estratégico para a acumulação de capital – a educação não é uma mercadoria –, e mesmo a população, pais e alunos, ainda não se deram conta da gravidade efetiva da situação. Neste contexto, ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica em termos. A educação dos educadores, dizia Marx, depende da práxis. ●

* Com Roberto della Santa, cientista social (UFF, UFRJ)



Raquel Varela*

Este estudo tem que significado para a comunidade científica?

O estudo realizado mediante o INCVTE pode re-presentar um ponto de viragem no conhecimento que temos sobre o mundo do trabalho, o Estado social, a atividade docente e a educação escolar em Portugal.

Do ponto de vista do acúmulo de conhecimento em primeira mão – por meio de fontes primárias e trabalho de campo a sério –, a respeito do desgaste profissional e a dita “síndrome de burnout”, representa avanço fenomenal, interdisciplinar e multiprofissional, sobre o qual só iniciamos a tatear conclusões. Aquilo que Wright Mills

considerava “questões públicas urgentes e problemas humanos persistentes”, apesar das cores dramáticas dos sécs. XX e XXI – sucessão de guerras locais e internacionais, crises económicas e políticas, convulsões sociais e culturais – vem, por uma série de razões, escapando ao retrato das questões das universidades.

O saber disciplinar das ciências sociais e humanas deve centrar-se em retornar o conhecimento a suas fontes inspiradoras, tornando públicas questões referentes a perturbações supostamente privadas.

As trilhas da centralidade axiológica do conhecimento produzido por quem trabalha, sobre o que trabalha, são uma aposta estratégica pela unidade de diversos: o mundo do trabalho, os sindicatos, e o mundo da cultura, as universidades; as ciências da natureza e as ciências do espírito, investigação qualitativa

II Encontro Internacional sobre

O desgaste na profissão docente

|DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS DO ESTUDO|

19 outubro 2018

| 9H30 - 13H00 | 15H00 - 17H30 |

Escola Superior de Comunicação Social

| Campus de Benfica do IPL, Lisboa |

Organização: FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Em parceria com: FCSH/UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



NOTA: Foi solicitada Dispensa Especial de Serviço para os participantes

Ação de formação de curta duração certificada ao abrigo do DL n.º 22/2014 e do Despacho n.º 5741/2015

Possibilidade de transporte organizado pelos Sindicatos de Professores da FENPROF

Inscrição gratuita para associados dos Sindicatos de Professores da FENPROF

Mais um importante momento de formação e debate

Do estudo realizado pela FENPROF em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e com a equipa de investigadores coordenada por Raquel Varela, concluiu-se que há uma evidente relação entre o “burnout” e ausência de gestão democrática, insegurança laboral, indisciplina na sala de aula, baixos salários e bloqueio da carreira, horários sobrecarregados, burocracia, ausência de recursos adequados.

PROGRAMA

- 9:30 horas: Abertura**
José Augusto Cardoso (*Membro do SN da FENPROF*)
- 10:00 horas: Sessão 1**
Raquel Varela (*Coordenadora da equipa de investigadores da FCSH da Universidade Nova*)
Roberto della Santa (*Universidade Federal Fluminense, Brasil*)
- 11:15 horas: Sessão 2**
Cristophe Déjours (*Professor no Conservatoire National des Arts e Metiers e diretor de investigação na Université René Descartes, Paris*)
António Coimbra de Matos (*psiquiatra, pedopsiquiatra e psicanalista*)
- 12:30 horas** – Debate
- 13:30 horas** – Interrupção para almoço
- 15:00 horas – Sessão 3**
Martin Henry (*Internacional de Educação, responsável pelo tema do desgaste dos professores*)
Júlio Machado Vaz (*Psiquiatra*)
- 16:00 horas** – Debate
- 17:00 horas** – Encerramento
Mário Nogueira (*Secretário-Geral da FENPROF*)

Ensino Superior/PREVPAP: Um ano depois e ainda sem resultados à vista

TIAGO M. DIAS (Membro do SN da FENPROF)

Neste mês de setembro inicia-se a terceira temporada do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) na área governativa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CTES), que traz como principal novidade o facto das Comissões de Avaliação Bipartida (CABs) irem analisar as respostas às notificações para audiência prévia dos requerentes que pretendam contestar a intenção da comissão não dar parecer favorável à regularização dos seus vínculos laborais.

É já uma temporada extra deste programa¹ que surge, não por força de ele ser um êxito no combate à enorme precariedade que ensombra o ensino superior e a ciência mas, bem pelo contrário, devido ao seu manifesto insucesso na senda deste objetivo e à sua excessiva morosidade. Os números divulgados pelo Observatório de Emprego Científico² comprovam esta triste realidade, que tem sido reiteradamente denunciada pela FENPROF.

Analisando os dados apresentados na Tabela 1, constata-se que após um ano de trabalho, com duas CABs a funcionar

em simultâneo, cada uma a realizar duas reuniões por semana, ainda faltam analisar 2.304 requerimentos em reunião de CAB, cerca de 40% do número total de requerimentos submetidos ao PREVPAP. Verifica-se ainda que as atuais taxas de regularização de docentes e de investigadores, categoria que, naturalmente, inclui os bolseiros de investigação científica, são da ordem dos 7% e 20%, respetivamente, números que contrastam abissalmente com os atuais 67% de regularizações para os trabalhadores das carreiras gerais.

Um escândalo

Atendendo a que a maior parte das situações relativas a docentes já foi alvo de uma deliberação das CABs, a manter-se o sentido desses pareceres, a taxa de regularização de docentes nunca conseguiria superar os 22%, o que seria um escândalo dados os inúmeros casos conhecidos de falsos professores convidados ou de docentes contratados a tempo parcial mas cujo serviço docente atribuído supera em muito os limites máximos estipulados nos estatutos da carreira para o tempo integral. No caso dos investigadores, importa lembrar que muita desta gente desenvolve a

sua atividade em Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPFSL), as quais gozam de um estatuto jurídico que, infelizmente, lhes poderá permitir escapar ao PREVPAP. Importa também recordar as muitas campanhas que têm sido conduzidas no seio das instituições de ensino superior e de ciência, bem como na opinião pública, contra os sindicatos e a mais que justa integração na carreira destes profissionais. Importa ainda ter presente o cenário de subfinanciamento que se vive há largos anos na ciência (e também no ensino superior).

Finalmente, importa não esquecer que ainda estão por analisar 75% dos requerimentos remetidos às CABs, o que neste cenário adverso poderá resultar numa taxa de regularização final ainda mais baixa.

A FENPROF continuará ativamente empenhada em contrariar estas tendências não apenas nas reuniões das CAB CTES, onde tem conseguido algumas vitórias importantes, mas também junto dos dirigentes das instituições, do MCTES e dos partidos com assento parlamentar, de modo a que em sede de preparação e discussão do Orçamento do Estado para 2019 seja possível garantir-se às instituições de ensino superior e de ciência as condições necessárias ao cumprimento efetivo do PREVPAP. ●

1. De acordo com a Lei n.º 112/2007, de 29 de dezembro, que rege a aplicação do PREVPAP, este programa deveria ter sido concluído até ao início do mês de junho de 2018.
2. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=observatorio-de-emprego-cientifico-em-atualizacao-permanente>

Tipologia	Requerimentos			Deliberações			
	Apresentados	Analizados		Não Admitidos + Integrados em carreira antes da apreciação PREVPAP	Aprovados para regularização	% aprovados face aos analisados de cada tipologia	% aprovados face aos analisados de cada tipologia (excluindo NA e já integrados)
Carreiras Gerais	2297	1797	78%	141	1112	62%	67%
Docentes	1558	1337	86%	118	88	7%	7%
Investigadores	1630	402	25%	37	73	18%	20%
Outros	381	26	7%	11	10	38%	67%
Total	5866	3562	61%	307	1283		

Table 1 - Súmula dos resultados do PREVPAP à data de 14/09/2018 (dados do Observatório do Emprego Científico)

Emprego científico

O artigo 23.º do nosso descontentamento...

ANDRÉ CARMO (Membro do Departamento de Ensino Superior e Investigação)

Os investigadores constituem hoje, como nunca antes no passado, uma parte absolutamente vital do funcionamento e do desenvolvimento das instituições de ensino superior e ciência. A crescente produtividade científica que as caracteriza assenta, fundamentalmente, no trabalho levado a cabo pelos investigadores, sejam estes contratados ou bolseiros. Em ambos os casos, trata-se de trabalhadores com contratos a termo.

Se dependesse apenas dos docentes, esmagados que estão debaixo das suas múltiplas e exigentes obrigações, este notável progresso teria sido muito mais difícil.

A ciência portuguesa assenta, pois, em trabalho precário.

O atual governo, sensível a esta problemática, e muito por culpa da pressão exercida pelos partidos à sua esquerda, fez do

emprego científico uma das suas causas. No caso do ensino superior e ciência, avançou um conjunto de medidas, entre as quais o novo regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico (DL57/2016 revisto pela Lei 57/2017).

Circunscrevendo esta análise apenas à aplicação da norma transitória (art.º 23.º), é inegável que o desenrolar deste processo tem sido marcado por inúmeros problemas. Em primeiro lugar, o grande atraso verificado na abertura dos concursos levando a que muitos bolseiros elegíveis tenham, entretanto, visto terminar os seus contratos de bolsa e, por isso, se encontrem sem qualquer fonte de rendimento.

Obviamente que, para muitas pessoas, esta situação se revelou absolutamente insustentável e abandonaram o sistema científico nacional.

Nuns casos, triste e resignadamente; noutros, com a sensação de que um sistema que insulta e destrata assim os seus membros não merece deles nenhum tipo de esforço ou sacrifício adicional.

Outras pessoas há que, obstinadamente, e muitas vezes sem qualquer alternativa, aguardam ainda pelo desfecho do processo.

Entretanto, foi criada a Lei 24/2018 de 8 de junho para prorrogar e/ou renovar as bolsas de pós-doutoramento até à conclusão dos concursos previstos no artigo 23.º (norma transitória) do DL57, na redação dada pela Lei 57/2017.

Sem contrato

O problema é que, de acordo com orientações avançadas pela FCT, a renovação dos contratos previstos nesta lei apenas se aplica de 9 de junho em diante. Sucede que, como atrás foi dito, existem pessoas, seguramente muitas dezenas, que antes dessa data ficaram sem contrato. Em tese, aliás, poderão até existir pessoas sem contrato de bolsa desde 2 de setembro de 2016, dado que a elegibilidade dependia da existência de bolsa no dia 1 de setembro e, daí para trás, da existência de três anos, seguidos ou interpolados, de exercício de funções com financiamento público.

Aquilo que se exige é que estas pessoas, que não têm qualquer responsabilidade pelo atraso e são profundamente penalizadas, desde que tenham continuado a exercer a sua atividade, tenham direito ao pagamento de retroativos a partir do momento em que os seus contratos de bolsa cessaram. Somente esta solução garante alguma justiça num processo cujo atraso vai muito para além do que é aceitável.

Para além disso, existem também os bolseiros que continuam na "terra do nunca", isto é, aqueles que, apesar de serem elegíveis, constatarem que as suas instituições de acolhimento não pretendem abrir os concursos, pelo facto de terem sido financiados, durante o período legalmente previsto, por fundos públicos e não, direta ou indiretamente, pela FCT, ou por serem financiados pela FCT por

um período inferior a três anos. Como não há financiamento previsto na lei para estas situações, as instituições de ensino superior e ciência rejeitam abrir os concursos a que os bolsistas têm direito. Também neste caso, esta solução não serve. É fundamental que o governo assegure o necessário reforço orçamental, através da FCT ou do OE, para que estes concursos sejam abertos.

Podem ainda colocar-se em evidência dois aspetos que são reveladores do alcance limitado desta medida para corrigir as desigualdades no sistema e combater efetivamente a precariedade como, aliás, a FENPROF não se cansou de sublinhar desde o início da discussão em torno do DL57.

Arrastamento de um processo

Por um lado, o facto de os prazos previstos na lei terem sido, em larga medida, ignorados pelas instituições, sem que o governo tenha tido também a força para exigir o seu cumprimento. Se tudo é indicativo, e nenhuma

data é verdadeiramente para levar a sério, para que servem os prazos inscritos na lei? Esta situação gerou o arrastamento de um processo que podia e devia ter sido resolvido de maneira mais expedita, sem impactos tão significativos e prejudiciais para os investigadores. A imagem do MCTES, junto de uma comunidade que devia ser vista como imprescindível e fundamental ao desenvolvimento do sistema científico nacional, também saiu beliscada.

Por outro lado, constata-se também que a maior parte das contratações será feita ao abrigo do código do trabalho, isto é, serão contratos de trabalho a termo incerto, com uma duração máxima de 6 anos.

No final deste período, contrariamente ao que ocorre quando se tratam de contratos feitos a termo certo, não existe qualquer obrigatoriedade de abertura de concursos para ingresso na carreira e acesso a um contrato por tempo indeterminado. Tal como sucedeu com o Programa Ciência e com o

Programa Investigador FCT, as contratações feitas no quadro da norma transitória, adiam a resolução do problema da precariedade na ciência e defraudam as expectativas, inteiramente legítimas, da maior parte dos investigadores abrangidos por este processo.

Efetivamente, e um tanto ou quanto paradoxalmente, os investigadores são trabalhadores de segunda, num país que tem necessariamente de definir e apostar numa estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico, em articulação com a transformação e modernização do aparelho produtivo, para construir um futuro decente para o conjunto da sociedade.

Doutro modo, a economia portuguesa continuará eternamente refém de uma forte terciarização e de um perfil de especialização baseado em produtos com baixo valor acrescentado e fraca incorporação tecnológica, em baixos salários e na eternização da precariedade para camadas sociais cada vez mais vastas. ●

deve então aplicar as condições das carreiras gerais: os trabalhadores, no caso seriam os docentes e investigadores, adquirem o direito a uma mudança obrigatória de posicionamento remuneratório, com efeitos a 1 de janeiro do corrente, desde que tenham obtido pelo menos a menção mínima durante 10 anos sucessivos ou interpolados.

Petição

A dupla discriminação que o OE2018 impõe é inaceitável! A FENPROF tem a decorrer uma Petição dirigida à Assembleia da República e ao Primeiro Ministro no sentido de serem aprovadas medidas que eliminem esta dupla discriminação. A discussão do projeto de OE 2019 abre uma excelente oportunidade para se exigir o fim desta dupla e injusta discriminação pelo que a participação de todos os docentes e investigadores nesta luta para a valorização das suas carreiras, na qual se integra o descongelamento da progressão salarial, é crucial! ●

A farsa do descongelamento das carreiras

ANTÓNIO FERNANDES DE MATOS (Membro do CN da FENPROF)

A revisão dos estatutos da carreira docente, no ensino universitário e politécnico, em 2009, introduziu a progressão remuneratória em função de uma avaliação por pontos decorrente de um processo de avaliação curricular. Contudo, a progressão não é linear já que o então ministro da tutela, Mariano Gago, distinguiu as progressões obrigatórias das gestonárias, sendo que as primeiras se verificam no caso de ao docente ser atribuída a menção máxima durante 6 anos consecutivos. No segundo caso, é necessário um diploma conjunto (ministério da tutela e das finanças) que determina o montante global e por instituição afeto à progressão salarial. As instituições, por sua vez, fazem a desagregação por unidade orgânica. Diga-se que, desde 2005 até ao momento, nunca foi publicado tal Despacho conjunto.

Os dois congelamentos das progressões salariais, respetivamente em 2005 e 2011, e o não cumprimento da lei por muitas instituições de ensino superior no que respeita ao 1º descongelamento (2008) conduziu a que muitos colegas se mantêm há 10 ou mais anos na mesma posição salarial. De facto, muitos dos docentes que subiram de escalão pela última vez ou entraram para a

carreira em 2003, ou mesmo um pouco antes, continuam com o mesmo índice salarial há 14 anos!... A Lei do OE2018 descongelou apenas as mudanças obrigatórias de posição remuneratória ou, no caso da instituição não ter implementado o sistema de avaliação, é atribuído um ponto e o docente transita para a posição remuneratória seguinte logo que atinja os 10 pontos aplicando-se assim o regime geral de avaliação da função pública.

Este segundo descongelamento, decorrente da aplicação da Lei do OE2018, é discriminatório e injusto pois apenas abarca os docentes com a menção máxima (6 anos consecutivos) ou quem não foi avaliado. O governo utiliza assim dois regimes de avaliação, ou seja o das carreiras do setor e o geral, apenas com um objetivo: reduzir os gastos com os salários.

Não estando a cumprir a legislação vigente do setor (despacho conjunto para fixação das progressões gestonárias) o ministro da tutela - Manuel Heitor, em nome dos princípios da não discriminação e justiça social,



Às/Aos Educadoras/es de Infância

COLOCAÇÃO DE ASSISTENTE OPERACIONAL DE APOIO

“durante o ano letivo 2017/2018, a fórmula de cálculo para o ratio de assistentes operacionais na educação pré-escolar é a seguinte:

a) Para um número igual ou inferior a 30 crianças, um assistente operacional;

b) A este número acresce mais um assistente operacional por cada conjunto adicional de 1 a 30 crianças.”

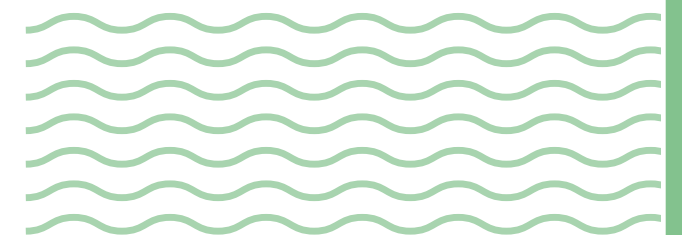
No dia 13 de setembro de 2017 foi publicada a Portaria n.º 272-A que *“Regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas”*

O Artigo 7.º, relativo a ratio e fórmula de cálculo de assistentes operacionais, refere:

1 - Na educação pré-escolar o ratio de assistentes operacionais é de um por cada grupo de crianças regularmente constituído em sala, em conformidade com o limite definido em despacho normativo de constituição de turmas.

Esta medida não foi aplicada, por força do Artigo 10.º da referida portaria, *Disposição transitória*, que salvaguardava que

Passado que está aquele período, este ano letivo passa a ser obrigatória a aplicação do artigo 7.º da portaria pelo que, caso não tenha sido ainda colocado/a nenhum/a Assistente Operacional de apoio ao grupo de crianças de que és titular, enquanto Educador/a de Infância deves solicitá-lo, por escrito, junto da Direção do agrupamento a que pertences.



Federação Nacional dos Professores





Ponta Delgada



Angra do Heroísmo

Região Autónoma dos Açores: plenários em todas as ilhas

Professores responderam à chamada do SPRA e revelam-se disponíveis para a luta

Mais de um milhar de professores, em todas as ilhas, aprovaram uma Moção no dia 14 de setembro, dando forte sinal de unidade e de disponibilidade e determinação para a luta.

Só ao plenário de Ponta Delgada, em que participou o Secretário-Geral da FENPROF, compareceram cerca de 700 docentes. Recuperação do tempo de serviço, horários de trabalho e precariedade foram algumas das principais matérias em foco.

Agora em outubro, os professores da RAA estão em greve no dia 4.

Também para os docentes dos Açores, é incompreensível a intransigência do Governo da República, reiterada na reunião do passado dia 7 de setembro, entre o ME e a Plataforma de Sindicatos. De forma inflexível, o Governo não apresentou qualquer proposta para negociar o prazo e o modo de recuperação do tempo de serviço congelado, numa clara violação da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (art.º 19.º), num total desrespeito pela Declaração de Compromisso assinada a 18 de novembro de 2017 e pela Assembleia da República, que, através da Resolução n.º 1/2018, de 2 de janeiro (contou com os votos favoráveis de todos os partidos, incluído o PS, à exceção do PSD e CDS, que se abstiveram),

recomendou ao governo a recuperação, para efeitos de progressão na carreira, de todo o tempo de serviço prestado em período de congelamento. Ao invés, prepara-se para apagar mais de 6,5 anos do tempo que os professores e educadores trabalharam, com muito empenho, dedicação e profissionalismo, mantendo a proposta apresentada, quando, pela força da luta dos docentes, nomeadamente das greves levadas a cabo no primeiro período do ano letivo transato, foi obrigado a sentar-se à mesa e negociar.

Como se lê na moção aprovada nos plenários de 14 de setembro, os educadores e professores lamentam e não compreendem que o Governo da Região Autónoma dos Açores tenha declinado a proposta do SPRA, feita em 27 de outubro de 2017, que tinha como objetivo o início de um processo negocial autónomo sobre as reivindicações regionais que afetam os docentes nos Açores, bem assim como a recuperação integral do tempo de serviço congelado e o consequente reposicionamento na carreira.

Repor a justiça

Os Educadores e Professores da RAA reafirmam a sua disponibilidade e empenhamento em prosseguir a luta encetada, no Continente e na Região, desde o ano

escolar transato, que visa a reposição da justiça, o cumprimento de compromissos assumidos pelo Ministério da Educação e da Lei do Orçamento do Estado para 2018 e, num quadro geral, a satisfação de reivindicações que têm como finalidade a dignificação e valorização da sua profissão e, por conseguinte, a melhoria da qualidade do ensino, pelo que reivindicam:

- A recuperação de todo o tempo de serviço prestado durante o congelamento - 9 anos, 4 meses e 2 dias.
- A criação de medidas de combate ao desgaste e envelhecimento da profissão, que é reconhecidamente uma profissão de grande desgaste.
- Um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, independentemente da idade e, no imediato, aos 40 anos de carreira contributiva, que possibilite o rejuvenescimento que se impõe à classe docente, bem como a sua dignificação.

Uma ação eficaz de combate à precariedade docente.

Na primeira cíclica da contratação, foram colocados 565 docentes, o que prova a necessidade de abertura de mais vagas de quadro. A este propósito, o SPRA insiste na sua reivindicação de, durante esta legislatura, o Governo integrar nos quadros, pelo menos, 400 docentes.

“

De forma inflexível, o Governo não apresentou qualquer proposta para negociar o prazo e o modo de recuperação do tempo de serviço congelado, numa clara violação da Lei do Orçamento do Estado para 2018

O sindicato lembra que a eliminação da norma do Orçamento Regional que agrava sobremaneira os termos do pagamento da compensação pela caducidade do contrato a termo previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. A moção deixa outras reivindicações centrais:

- A remuneração dos docentes contratados igual à dos professores e educadores integrados na carreira, atendendo a que não devem ser discriminados com base no seu vínculo laboral.

- A uniformização dos horários de trabalho e das reduções da componente letiva por antiguidade, para todos os níveis e sectores de ensino, não só para os docentes do quadro, mas também para os docentes contratados a termo, cumprindo o estipulado no Estatuto da Carreira Docente, que não discrimina estes docentes, bem como a atribuição de horas da componente letiva, no 1.º ciclo, para o exercício das funções equivalentes a diretor de turma.

- A eliminação dos efeitos das normas transitórias previstas nos pontos 1 e 2 do artigo 6.º do DLR n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto, já revogadas pelo Orçamento da Região para 2017.

- O imediato posicionamento dos docentes na carreira, de acordo com o seu tempo integral de serviço, avaliado nos termos da lei, de modo a que seja cumprida a duração da carreira docente imposta pela SREC. ●

Região Autónoma da Madeira

SPM faz balanço da abertura do ano letivo 2018-2019

Com base nas manifestações de descontentamento de muitos sócios e na auscultação de várias direções de escolas, a Direção do SPM denunciou os principais problemas verificados nas escolas da RAM no início deste ano letivo. De entre os aspetos mais sensíveis e que mereceram fortes críticas, os seguintes são aqueles que são mais referidos:

Descontentamento dos docentes pela falta de conclusão do processo de avaliação do ciclo avaliativo entre 2013-2017, o que continua a impedir as progressões à luz do descongelamento iniciado no dia 1 de janeiro de 2018;

Problemas nas colocações de professores:

- Concursos tardios que originaram colocações em cima do início do ano letivo: este ano, só houve um dia útil entre a publicitação da lista de afetação e o início do ano letivo – 3 de setembro; a lista de contratação só saiu no dia 7, momento em que as escolas já deveriam ter todos os horários organizados e distribuídos;
- Desrespeito pelo princípio da graduação profissional, que, embora não sendo



perfeito, é o único completamente objetivo e transparente;

- Descaracterização do vínculo de afetação, transformando-o numa reserva de recrutamento concelhia, não prevista no diploma de concursos;
- Imposição de um horário repartido entre escolas públicas e privadas a colegas colocados por afetação numa escola pública com horário completo;
- Existência de mobilidades extemporâneas, em total desrespeito pelos prazos definidos no diploma de concursos;
- Diminuição de recursos humanos nas escolas provocado pelo desinvestimento em projetos, apoios, coadjuvâncias, pares pedagógicos, entre outros.

Mais de 6 dezenas de docentes que tinham lecionado no último ano com horário completo ficaram no desemprego, vendo o seu vínculo quebrado uma vez mais. Por isso, veem-se

obrigados a recomendar a contagem do tempo necessário para um dia poderem vincular.

Muitos destes docentes já têm mais de 10 anos de ensino e viram a SRE quebrar-lhes o vínculo várias vezes, como em 2014.

Esta situação contraria as promessas, que o Secretário Regional de Educação lhes havia feito no dia 25 de Abril, de não mais provocar quebras de vínculo, devendo para tal contratar o mesmo número de docentes do ano letivo de 2017-2018.

No entanto, o que se constata é a redução de mais de 130 docentes nas escolas da RAM, devido não só à redução do número de contratados, mas também às saídas para o continente e às aposentações.

Há, ainda, problemas em várias escolas fundidas ou extintas devido à forma unilateral como foram conduzidos esses processos, sem auscultação das populações nem das comunidades educativas. ●



Ação Escola SOS Azulejo 2019

“Porque o património azulejar português é único no mundo e a sua valorização, junto das gerações mais jovens, se torna cada vez mais importante”, está já marcada a próxima “Ação Escola SOS Azulejo 2019”, que se realizará no “Dia Nacional Do Azulejo”, a 6 de maio 2019 (nos casos em que seja de todo impossível 6 de maio, poderá passar para o dia seguinte). Às escolas, agrupamentos escolares e outras entidades o Projeto SOS Azulejo já começou a enviar o “convite” e o “formulário de inscrição” que deverá ser remetido, até 15 de novembro de 2018, para: museu.pj@pj.pt.

A “Ação Escola SOS Azulejo” tem um caráter anual desde o ano letivo 2013/14 e tem vindo a contar com cada vez maior adesão a nível nacional, em todos os graus de ensino (do pré-escolar ao universitário, incluindo o ensino especial e universidades sénior), chegando a ultrapassar 15.000 participantes em 2017. A partir de 2018 passou também a ter uma dimensão internacional, com a participação do Brasil e da Suíça.

Poderão aceder a toda a informação sobre as anteriores edições da “Ação Escola SOS Azulejo” em: <http://www.sosazulejo.com/?p=584>. Aí encontrarão listagens dos agrupamentos escolares e/ou escolas participantes com as respetivas fotos, filmes e também descrições das ações. ●

+ INFO www.sosazulejo.com/?p=584



Exposição 179 trabalhos de Robert Mapplethorpe em Serralves

“O importante não é o que coisa é, mas sim a forma como é fotografada”. Este foi o espírito que presidiu ao trabalho desenvolvido por Robert Mapplethorpe (Nova Iorque, 1946–1989, Boston). **Até 6 de janeiro**, a Fundação de Serralves/Museu de Arte Contemporânea, no Porto, apresenta 179 obras do autor norte-americano, numa interessante exposição que tem mobilizado a atenção de milhares de visitantes. O certame resulta de uma colaboração com a Robert Mapplethorpe Foundation e abarca diferentes etapas do trabalho do fotógrafo, desde as primeiras colagens e polaroides até às fotografias de flores, nus, retratos e imagens de cariz sexual. ●

+ INFO <http://serralves.pt>

"Lethes Clássico" Concerto no dia 12

No ciclo "Lethes Clássico", a Orquestra Clássica do Sul apresenta no próximo dia **2 de outubro** (sexta-feira), no Teatro "Lethes", na cidade de Faro, um programa dedicado aos grandes compositores franceses (Claude Debussy, Camille Saint-Saens, Jean Françaix). o concerto começa às 21h00. ●

+ INFO 289 860 890



26ª edição do Curtas V. do Conde Festival Internacional de Cinema

O júri da recente 26ª edição do Curtas Vila do Conde – Festival Internacional de Cinema elegeram como vencedora a animação francesa “La Chute”, de Boris Labbé, considerando o filme “uma peça de puro cinema (...) como se não existisse mais nada a não ser cinema” mas “também um ensaio audiovisual sobre a vida e a morte”. Esta curta-metragem venceu o Grande Prémio DCN Beers da Competição Internacional (à qual concorrem também os filmes da Competição Nacional). Nesta, que contou com 17 filmes portugueses a concurso, o vencedor do Prémio Pixel Bunker e Melhor Filme em competição foi “Onde o Verão Vai (Episódios da Juventude)”, de David Pinheiro Vicente – um filme que, segundo o júri, é “um trabalho requintado que combina o cinemático com belos quadros pictóricos”. O Prémio do Público SPA, destinado ao filme português com melhor média de votação atribuída pelo público, foi atribuído à animação “Entre Sombras”, de Alice Eça Guimarães e Mónica Santos. ●

"Reclusão e experiência musical" Masterclass em Viseu

Inês Lamela, pianista e professora de piano, dinamiza no próximo dia **24 de outubro** no Teatro Viriato, em Viseu, uma *masterclass* (120 minutos) com entrada gratuita (inscrições na bilheteira) subordinada ao tema "Reclusão e experiência musical: a prática de piano em contexto prisional". Público-alvo: profissionais da área da reinserção social e do ensino secundário e superior. ●



Ao vivo Outono em Jazz na Casa da Música

De **7 a 28 de outubro** a Casa da Música, no Porto, apresenta a sexta edição do Outono em Jazz, onde “pairam as marcas do século XXI”. Trata-se de “um festival que sempre se quis livre de amarras estéticas, e cada vez mais se torna claro que o jazz do nosso tempo é uma música que não apenas se abre a múltiplos universos, como o faz com uma profundidade noutros tempos rara.” As fusões já não são um estilo estanque ou, então, meras curiosidades experimentais, são antes sinais endémicos do que é o jazz hoje: uma música sem centros geográficos e que ganha sempre com o investimento dos artistas na sua própria identidade genética, explica a Casa da Música. Rudresh Mahanthappa, Ambrose Akinmusire, Femi Temowo, Amaro Freitas, Mário Laginha, Bruno Pernadas e Matt Bianco, são presenças confirmadas. Realmente, a não perder! ●

+ INFO www.casadamusica.com



Fotografia Prémio Estação Imagem 2018 Coimbra

Por iniciativa da Casa da Imprensa, Estação-Imagem e Câmara Municipal de Coimbra está patente ao público em Lisboa a exposição Prémio Estação Imagem 2018 Coimbra. O certame pode ser visitado **até 26 de outubro** no Salão Nobre da Casa da Imprensa (Rua da Horta Seca, 20, junto ao Largo Camões, em Lisboa), de segunda a sexta-feira, das 14:00 às 19:00 horas (exceto dias feriados). A exposição reúne 77 trabalhos de 14 autores galardoados com o mais importante prémio português de fotojornalismo. ●

Teatro “Embarcação do Inferno” em Coimbra, Braga, Ponta Delgada e Évora

Coimbra, Braga, Ponta Delgada e Évora recebem nas próximas semanas a “Embarcação do Inferno”, de Gil Vicente, por iniciativa da *Escola da Noite* (companhia de teatro profissional sediada em Coimbra desde 1992) e do Centro Dramático de Évora. Com encenação de António Augusto Barros e José Russo, a peça conta com a interpretação de Ana Meira, Igor Lebreaud, Jorge Baião, José Russo, Maria João Robalo, Miguel Magalhães, Rosário Gonzaga, Rui Nuno e Sofia Lobo. Os figurinos são de Ana Rosa Assunção e a cenografia de João Mendes Ribeiro e Luísa Bebiano. Responsável da luz: António Rebocho. Luís Pedro Madeira é o homem da música. A consultadoria científica é de José Au-



gusto Cardoso Bernardes. Os próximos espetáculos decorrerão em Coimbra, no Teatro da Cerca de São Bernardo, nos **dias 17 e 18 de novembro**. Estão previstas também sessões especiais para escolas a **9 e 16 de novembro** (terça a sexta-feira), às 11h00 e às 15h00. ●

+ INFO 239 718 238 / 966 302 488 geral@aescoladanoite.pt



“A pior comédia do Mundo” no Trindade

E se de repente a porta dos bastidores se abrisse e o espectador tivesse acesso ao que por lá se passa? Este é o desafio que o Teatro da Trindade/Fundação INATEL lança aos espetadores, ao anunciar a peça «A pior comédia do Mundo», em cena **até 27 de janeiro** de 2019 na sala Carmen Dolores, de quarta-feira a sábado às 21h00 e aos domingos às 16h30 (atenção: entre 29 de outubro e 21 de novembro não haverá espetáculo). Trata-se de “um olhar alucinante sobre o teatro e as loucuras e devaneios dos que o fazem, cujas tendências para crises descontroladas de ego, falhas de memória e alguma promiscuidade, transformam cada atuação numa verdadeira aventura de alto risco.”

“A pior comédia do Mundo” não é só uma peça, mas, simultaneamente, um espetáculo de comédia e o drama de bastidores que se vive durante a sua preparação. O texto de Michael Frayn (Noises Off, 1982) foi traduzido por Ana Sampaio, com encenação de Fernando Gomes. Artistas em palco: Ana Cloe, Cristóvão Campos, Elsa Galvão, Fernando Gomes, Inês Aires Pereira, Jorge Mourato, José Pedro Gomes, Paula Só e Samuel Alves. Eric da Costa é o responsável da cenografia. Filipe Melo e Nuno Rafael assinam a música. ●

+ INFO www.inatel.pt/Fundacao/o-que-fazer/tti/hpTTL.aspx



GREVE

dos
Professores
e Educadores

1 out.

**Lisboa
Santarém
Setúbal**

2 out.

**Portalegre
Évora
Beja
Faro**

3 out.

**Coimbra
Aveiro
Castelo
Branco
Guarda
Leiria
Viseu**

4 out.

**Porto
Braga
Viana do
Castelo
Bragança
Vila Real
RA Açores**

Não nos roubarão!
9 ANOS, 4 MESES E 2 DIAS

**Manifestação
Nacional**

5 de Outubro

Dia Mundial do Professor

- NÃO AO APAGÃO!
- APOSENTAÇÃO DIGNA
- CONDIÇÕES DE TRABALHO
- HORÁRIOS JUSTOS
- NÃO À PRECARIIDADE!

Em defesa da Carreira Docente!
JUSTIÇA e RESPEITO!

**15H00
LISBOA**

**Alameda Afonso
Henriques**



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

